

NOVA DISPONIBILIZAÇÃO DO AVISO AO MERCADO INICIALMENTE DIVULGADO EM 27 DE MAIO DE 2022, COM O OBJETIVO DE APRESENTAR A RELAÇÃO COMPLETA DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS PARTICIPANTES DA OFERTA



ELET
B3 LISTED N1

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 00.001.180/0001-26

Edifício Centro Corporativo Portinari, 3º andar, Salas 306 e 307, SEP/Norte, Quadra 504, Bloco D, Asa Norte, CEP 70730-524 – Brasília, Distrito Federal

Código ISIN das ações ordinárias: "BRELETACNOR6"
Código de negociação das ações ordinárias na B3: "ELET3"

Nos termos do disposto no artigo 53 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e na Resolução da CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, a **Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras** ("Companhia"), a BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR" ou "Acionista Vendedor"), em conjunto com o **Banco BTG Pactual S.A.** ("Coordenador Líder" ou "BTG Pactual"), o **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.** ("Bank of America" ou "Agente Estabilizador"), o **Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.** ("Goldman Sachs"), o **Banco Itaú BBA S.A.** ("Itaú BBA"), a **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("XP"), o **Banco Bradesco BBI S.A.** ("Bradesco BBI"), a **Caixa Econômica Federal** ("Caixa"), o **Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("Citi"), o **Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.** ("Credit Suisse"), o **Banco J.P. Morgan S.A.** ("J.P. Morgan"), o **Banco Morgan Stanley S.A.** ("Morgan Stanley") e o **Banco Safra S.A.** ("Safra" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o Goldman Sachs, o Itaú BBA, a XP, o Bradesco BBI, a Caixa, o Citi, o Credit Suisse, o J.P. Morgan e o Morgan Stanley, "Coordenadores da Oferta Brasileira"), vêm a público comunicar que nesta data, será protocolado perante a CVM o pedido de registro automático da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), incluindo sob a forma de *American Depositary Shares* ("ADS"), representados por *American Depositary Receipts* ("ADR"), todos livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada simultaneamente no Brasil e no exterior, compreendendo a distribuição: **(i)** primária de, inicialmente, 627.675.340 novas Ações, incluindo sob a forma de ADS ("Oferta Primária"); e **(ii)** secundária de 69.801.516 Ações de titularidade do Acionista Vendedor, não incluindo sob a forma de ADS ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta Pública Global" ou "Oferta").

DETERMINADOS ESCLARECIMENTOS RELACIONADOS À OFERTA

Horário Limite na Data Final do Período de Adesão FMP-ELET

De modo a se adequar ao procedimento padrão das Administradoras de FMP-FGTS (conforme abaixo definidos), o item "6. Procedimento de Distribuição da Oferta Brasileira – 6.3 Oferta de Varejo (b)" desta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas) passa a explicitar um horário limite na data final do Período de Adesão FMP-ELET, de modo a fazer constar que tal período se encerrará no dia 08 de junho de 2022, **às 12h00**.

A seção "Sumário da Oferta" do Prospecto Preliminar será revisada oportunamente.

Uniformização de Datas relativas à Atividade de Estabilização e ao Exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar

De modo a uniformizar as datas em que se iniciam as operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3 e o prazo de 30 dias para o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar (conforme abaixo definida), o item "12. Estabilização de Preço das Ações" desta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas) passa a explicitar que referidas operações bursáteis podem ser realizadas por um período de até 30 dias contados, inclusive, **da data de disponibilização do Anúncio de Início** (conforme abaixo definido), e não do início da negociação das Ações na B3.

O cronograma constante no item 19 abaixo, reflete os ajustes aplicáveis. Ademais, as seções "Sumário da Oferta – Atividade de Estabilização", "Informações sobre a Oferta – Estabilização de Preços das Ações e Formador de Mercado" e "Cronograma Estimado da Oferta Brasileira" do Prospecto Preliminar serão revisadas oportunamente.

1. A OFERTA

A Oferta Pública Global compreenderá a oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações, cuja Oferta Primária será realizada por meio de um aumento de capital da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, sem observar a proporção então existente entre ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia, mas observando a proporção máxima entre ações preferenciais e ações ordinárias conforme disposto no artigo 11, §2º, de seu estatuto social ("Estatuto Social"), e no do artigo 8º, §1º, III, da Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, e que excluirá o direito de preferência, mas concederá o Direito de Prioridade dos Acionistas (conforme definido abaixo), aos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia na Primeira Data de Corte (conforme abaixo definido), nos termos do artigo 8º, de seu Estatuto Social e do artigo 172, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em conformidade com o disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, a qual dispõe sobre a desestatização da Companhia ("Lei 14.182").

A Oferta Pública Global será realizada simultaneamente **(a) no Brasil**, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Ofício-Circular 1/2021/CVM/SRE, de 1º de março de 2021 ("Ofício-Circular CVM/SRE"), com o "Código ANBIMA para Ofertas Públicas" atualmente em vigor ("Código

ANBIMA”), expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), bem como com os demais normativos aplicáveis, com esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento de Listagem do Nível 1 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento Nível 1” e “B3”, respectivamente), mediante uma oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações (“Ações da Oferta Brasileira”) a ser registrada na CVM, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta Brasileira, com a participação de determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 (“Oferta Brasileira”), as quais farão parte exclusivamente da Oferta Brasileira e que venham a aderir ao Contrato de Colocação (conforme definido no item 4 abaixo), por meio da assinatura da carta-convite e do “*Termo de Adesão ao Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras*” junto aos Coordenadores da Oferta Brasileira, por intermédio da B3 (“Instituições Consorciadas” e, quando em conjunto com os Coordenadores da Oferta Brasileira, “Instituições Participantes da Oferta Brasileira”), com esforços de colocação das Ações no exterior, a serem realizados por BTG Pactual US Capital, LLC, BofA Securities, Inc., Goldman Sachs & Co. LLC, Itau BBA USA Securities, Inc., XP Investments US, LLC, Bradesco Securities, Inc., Citigroup Global Markets Inc., Credit Suisse Securities (USA) LLC, J.P. Morgan Securities LLC, Morgan Stanley & Co LLC e Safra Securities LLC (“Agentes de Colocação Internacional”), sendo (i) nos Estados Unidos da América, para investidores em oferta registrada na U.S. Securities and Exchange Commission (“SEC”) ao amparo do U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado (“Securities Act”); e (ii) nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados no Brasil ou nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daqueles países, cujos investimentos sejam efetuados em conformidade com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (“Investidores Estrangeiros”), e desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, CVM e Banco Central do Brasil, e demais disposições legais aplicáveis; e **(b) no exterior**, mediante uma oferta pública de distribuição primária de Ações sob a forma de ADSs, representados por ADRs (“ADSs da Oferta Internacional” e, em conjunto com as Ações da Oferta Brasileira, “Ações da Oferta Pública Global”), em uma oferta a ser registrada na SEC ao amparo do Securities Act, sob a coordenação de Banco BTG Pactual S.A. – Cayman Branch, BofA Securities, Inc., Goldman Sachs & Co. LLC, Itau BBA USA Securities, Inc., XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., Bradesco BBI S.A., Citigroup Global Markets Inc., Credit Suisse Securities (USA) LLC, J.P. Morgan Securities LLC e Morgan Stanley & Co. LLC, Inc. (“Coordenadores da Oferta Internacional” e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Agentes de Colocação Internacional, “Coordenadores” ou “Coordenadores da Oferta Global”), nos termos do *Placement Facilitation Agreement* (conforme definido no item 4) (“Oferta Internacional”). Cada ADS a ser ofertado no âmbito da Oferta Internacional representará 1 (uma) Ação. As Ações da Oferta Brasileira que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

De acordo com a reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (“CPPI”) realizada em 20 de maio de 2022, o CPPI determinou que, no âmbito da Oferta Pública Global, não haverá possibilidade de aumento da quantidade de Ações inicialmente ofertada, incluindo sob a forma de ADS, prevista no artigo 14, parágrafo 2º, Instrução CVM 400 e no inciso II do artigo 7º da Resolução do CPPI nº 203, de 19 de outubro de 2021, conforme alterada (“Resolução CPPI” ou “Resolução”).

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações da Oferta Brasileira inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 15% do total das Ações da Oferta Brasileira inicialmente ofertada, que pode ser equivalente a até 15% do total das Ações da Oferta Pública Global inicialmente ofertada, a depender da alocação entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional, conforme definido pelo Procedimento de *Bookbuilding*, o qual corresponderá a até 104.621.528 Ações da Oferta Pública Global ("Ações do Lote Suplementar"), conforme opção de Ações do Lote Suplementar a ser outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido no item 4) ("Opção de Ações do Lote Suplementar"), as quais serão destinadas, exclusivamente, caso necessário, para prestação de serviços de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. A Opção de Ações do Lote Suplementar, poderá ser exercida no âmbito da Oferta Brasileira, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, pelo Agente Estabilizador, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta Brasileira, desde que a decisão de sobrealocação tenha sido tomada em comum acordo com os demais Coordenadores da Oferta Brasileira, após o registro da Oferta Pública Global na CVM, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação e por um período de até 30 dias contados, inclusive, da data de publicação do "Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras" ("Anúncio de Início"), nas mesmas condições e preço inicialmente ofertados. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta Brasileira.

2. APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS

A realização da Oferta Primária e seus termos e condições foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de fevereiro de 2022 ("AGE da Desestatização"), cuja ata foi registrada perante a Junta Comercial do Distrito Federal ("JUCIS-DF") em 9 de março de 2022, sob o n.º 1811447, e publicada no Jornal de Brasília em 1º de abril de 2022 e no Diário Oficial da União ("DOU") em 25 de março de 2022, e em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de maio de 2022, cuja ata será arquivada perante a JUCIS-DF e publicada no Jornal de Brasília e no DOU.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido no item 11) e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será registrada na JUCIS-DF e publicada no Jornal de Brasília e no DOU, observada a manifestação prévia do Conselho Fiscal da Companhia nos termos do artigo 166, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

A alienação de Ações de titularidade do Acionista Vendedor foi aprovada em reunião da Diretoria do Acionista Vendedor realizada em 14 de abril de 2022 e em reunião do Conselho de Administração do Acionista Vendedor realizada em 18 de abril de 2022. A fixação do Preço por Ação será aprovada pelos diretores responsáveis pela Diretoria de Participações, Mercado de Capitais e Crédito Indireto do Sistema BNDES e por um segundo diretor do Acionista Vendedor, conforme delegação de poderes específica outorgada por meio da reunião de Diretoria do Acionista Vendedor, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A desestatização da Companhia foi normatizada em 12 de julho de 2021 pelo Congresso Nacional, por meio da Lei 14.182, e regulamentada pela Resolução CPPI. Por maioria dos votos, o Tribunal de Contas da União aprovou, em (i) 15 de fevereiro de 2022, o valor adicionado à concessão pelos novos contratos de concessão de que trata a Lei 14.182 e, conseqüentemente, os valores dos pagamentos a serem realizados pela Companhia ou suas subsidiárias à Conta de Desenvolvimento Energético e a título de bonificação pelos novos contratos de concessão de que trata a Lei 14.182; e (ii) 18 de maio de 2022, o processo de desestatização.

Ainda, em 20 de maio de 2022, a Resolução CPPI foi alterada pela Resolução do CPPI nº 225, de 20 de maio de 2022 ("Resolução CPPI 225"), para (i) incluir o BNDESPAR como Acionista Vendedor no âmbito da Oferta Pública Global, de acordo com o artigo 6º, parágrafo 2º, da Resolução CPPI, bem como com o Decreto nº 11.028, de 1º de abril de 2022; (ii) alterar seu artigo 12, de forma a prever que a Companhia e Acionista Vendedor deverão ter acesso, na data da fixação do Preço por Ação, à ata da reunião do CPPI que aprovar o preço mínimo de que trata o *caput* de tal artigo 12, observado que tal preço mínimo permanecerá sob sigilo até a Data da Liquidação (conforme definido no item 7 abaixo); e (iii) prever o não exercício da opção de aumento da quantidade de Ações inicialmente ofertadas, incluindo sob a forma de ADS, no âmbito da Oferta Pública Global por meio da emissão ou alienação de ações adicionais, prevista no artigo 7º, inciso II, da Resolução CPPI e artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

3. INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA BRASILEIRA

As Instituições Consorciadas serão convidadas pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, em nome da Companhia e do Acionista Vendedor, para efetuar esforços de colocação das Ações, no Brasil, na Oferta Brasileira exclusivamente aos Acionistas (conforme definido no item 5), aos Empregados (conforme definido no item 5), Aposentados (conforme definido no item 5), Investidores de Varejo – Pessoas Físicas (conforme definido no item 5) e aos PJs Participantes (conforme definido no item 6.4).

Para fins do artigo 5º, incisos I e II, do Anexo II, do Código ANBIMA, o BTG Pactual, além de Coordenador Líder da Oferta Brasileira, figura como Coordenador Adicional no âmbito da Oferta Brasileira, tendo em vista que a Companhia e o Acionista Vendedor são controlados pela União Federal, controladora direta da Caixa, de modo que (i) sociedades relacionadas a Caixa são titulares de Ações que lhe conferem participação superior a 10% no capital social total da Companhia; e (ii) a Companhia e o Acionista Vendedor são, para os fins do Código ANBIMA, considerados sociedades relacionadas da Caixa e destinatários de mais de 20% dos recursos captados na Oferta.

Para mais informações, ver seções "Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta" e "Relacionamento entre o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta", do Prospecto Preliminar.

4. REGIME DE DISTRIBUIÇÃO

A Oferta Brasileira será realizada em conformidade com o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação das Ações Ordinárias de Emissão da Centrais Elétricas Brasileira – Eletrobras", a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta Brasileira ("Contrato de Colocação").

A Oferta Internacional e os esforços de colocação das Ações no exterior no âmbito da Oferta Brasileira serão realizados nos termos do *International Underwriting and Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta Internacional ("*Placement Facilitation Agreement*").

Poderá haver realocação de Ações da Oferta Pública Global entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional, em função da demanda verificada no Brasil e no exterior, durante o curso da presente Oferta Pública Global, nos termos do *Intersyndicate Agreement* a ser celebrado entre os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional. A alocação das Ações da Oferta Pública Global para a Oferta Brasileira e para a Oferta Internacional será informada na data de publicação do Anúncio de Início.

Após: (i) a disponibilização do Aviso ao Mercado e desta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas); (ii) a disponibilização do "Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras", incluindo o Formulário de Referência elaborado pela Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 ("Formulário de Referência"), a ele incorporado por referência, todos os seus anexos e/ou documentos incorporados por referência, bem como seus eventuais aditamentos e/ou suplementos ("Prospecto Preliminar"); (iii) o encerramento do Período de Reserva (conforme definido no item 6.2 abaixo), do Período de Adesão (conforme definido no item 6.3 abaixo), bem como do Período de Reserva da Oferta Prioritária (conforme definido no item 6.1 abaixo) e do Período de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados (conforme definido no item 6.2 abaixo); (iv) a conclusão do Procedimento de Bookbuilding; (v) a celebração do Contrato de Colocação e do Placement Facilitation Agreement, e o cumprimento das condições suspensivas neles previstas; (vi) o registro da Oferta Pública Global na CVM e na SEC; (vii) a disponibilização do Anúncio de Início; e (viii) a disponibilização do "Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras", incluindo o Formulário de Referência a ele incorporado por referência, todos os seus anexos e/ou documentos incorporados por referência, bem como seus eventuais aditamentos e/ou suplementos ("Prospecto Definitivo" e, em conjunto com o Prospecto Preliminar, os "Prospectos"), os Coordenadores da Oferta Brasileira realizarão a colocação das Ações da Oferta Brasileira (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), em mercado de balcão não organizado, em regime de Garantia Firme de Liquidação (conforme definido no item 10 abaixo), a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais estabelecidos no Contrato de Colocação e previstos no Prospecto Preliminar.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta Brasileira e à CVM, nos endereços indicados no item 21 desta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a partir da disponibilização do Anúncio de Início.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta Pública Global, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da quantidade total de Ações da Oferta Pública Global inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) até a data da conclusão do Procedimento de Bookbuilding, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos

Empregados e Aposentados, Pedidos de Reserva, Termos de Adesão ao FMP-FGTS (e, conseqüentemente, Pedido de Reserva de FMP-FGTS) (conforme definidos no item 6) e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes sobre os valores pagos, inclusive, em função do imposto sobre operações financeiras (“IOF/Câmbio”) e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta Pública Global e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) no âmbito da Oferta” do Prospecto Preliminar.

Nos termos da Instrução da CVM n.º 530, de 22 de novembro de 2012, conforme alterada, é vedada a aquisição de Ações por investidores que tenham realizado vendas a descoberto de ações ordinárias de emissão da Companhia na data de fixação do Preço por Ação e nos cinco pregões que a antecederem. São consideradas vendas a descoberto aquelas realizadas por investidores que não sejam titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, ou cuja titularidade resulte de empréstimo ou outro contrato de efeito equivalente. Adicionalmente, são consideradas operações de um mesmo investidor as vendas a descoberto e as aquisições de ações ordinárias de emissão da Companhia realizadas em seu próprio nome ou por meio de qualquer veículo cuja decisão de investimento esteja sujeita à sua influência. Fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor não serão considerados um único investidor, desde que as operações estejam enquadradas nas respectivas políticas de investimento de cada fundo. A vedação não se aplica a (i) operações realizadas por pessoas jurídicas no exercício da atividade de formador de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia, conforme definida na regulamentação aplicável; e (ii) operações posteriormente cobertas por aquisição em mercado da quantidade total de ações ordinárias de emissão da Companhia correspondente à posição a descoberto até, no máximo, dois pregões antes da data de fixação do Preço por Ação.

5. PLANO DE DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA

Os Coordenadores da Oferta Global, com a expressa anuência da Companhia e do Acionista Vendedor, e observando a Resolução CPPI, elaborarão um plano de distribuição da Oferta Pública Global, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Nível 1 da B3, no que diz respeito aos esforços de dispersão acionária, o qual levará em conta as relações da Companhia e dos Coordenadores da Oferta Global com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia e dos Coordenadores da Oferta Global, observado que **(a)** em nenhuma hipótese tais relações poderão ser consideradas no plano de distribuição para alocação de investidores não institucionais, e **(b)** os Coordenadores da Oferta Brasileira assegurarão: **(i)** a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021 (“Resolução CVM 30”); **(ii)** o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e **(iii)** o

recebimento prévio, pelas Instituições Consorciadas, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder ("Plano de Distribuição"). **A Oferta Pública Global não será realizada, conduzida e/ou estendida a investidores no exterior cuja participação possa violar as leis da jurisdição em que sejam residentes e/ou domiciliados. Caberá exclusivamente aos investidores no exterior analisar, verificar e decidir sobre sua adequação para participar da Oferta Pública Global.**

Observado o item 6 abaixo, o público-alvo da Oferta Brasileira consiste em:

- (a) Todos acionistas ordinários e preferencialistas da Companhia na Primeira Data de Corte (conforme definido abaixo), exceto (i) órgãos e entidades integrantes da administração pública federal direta, indireta ou fundacional; (ii) fundos em que a União detenha, direta ou indiretamente, a maioria das cotas; e (iii) qualquer dos poderes da União, conforme disposto no artigo 3º, §3º, e artigo 8º, §1º, da Resolução CPPI ("Acionistas");
- (b) Pessoas físicas que (i) tenham contrato de trabalho vigente com as Empresas Eletrobras (conforme abaixo definido) em 30 de abril de 2022 ("Data de Corte Empregados"), (as quais são definidas, exclusivamente para fins da presente Oferta, como "Empregados"); ou (ii) cumulativamente em 30 de abril de 2022 ("Data de Corte Aposentados"), (a) sejam ex-empregados das Empresas Eletrobras; (b) aposentados pelo regime geral (RGPS) ou próprio (RPPS) de previdência social; e (c) estejam na condição de participantes ou assistidos (x) dos Planos de Previdência Complementar das Empresas Eletrobras (conforme definido abaixo); ou (y) que foram migrados para o Plano BD Engie (Entidade Fechada de Previdência Complementar: Fundação Elos Previdência) como resultado da cisão parcial de Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A., realizada em 23 de dezembro de 1997, nos termos do respectivo protocolo de cisão parcial celebrado em 12 de dezembro de 1997 (as quais são definidas, exclusivamente para fins da presente Oferta, como "Aposentados").

Para fins da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, são consideradas (a) "Empresas Eletrobras", conforme disposto no artigo 8º, §§ 2º e 3º, da Resolução CPPI: (i) Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (CNPJ: 00.001.180/0001-26); (ii) Furnas – Centrais Elétricas S.A. (CNPJ: 23.274.194/0001-19); (iii) Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil – CGT Eletrosul (CNPJ: 02.016.507/0001-69) ("CGT Eletrosul"); (iv) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (CNPJ: 33.541.368/0001-16); (v) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte (CNPJ: 00.357.038/0001-16); (vi) Eletrobras Participações S.A. – Eletropar (CNPJ: 01.104.937/0001-70); (vii) Transenergia Goiás S.A. (CNPJ: 10.997.345/0001-15); (viii) Brasil Ventos Energia S.A. (CNPJ: 24.042.246/0001-94); (ix) Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. (CNPJ: 23.003.161/0001-34); (x) Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A. (CNPJ: 24.477.906/0001-60); (xi) Energia dos Ventos IX S.A. (CNPJ: 15.253.373/0001-41); (xii) Energia dos Ventos V S.A. (CNPJ: 15.253.861/0001-59); (xiii) Energia dos Ventos VI S.A. (CNPJ: 15.253.315/0001-18); (xiv) Energia dos Ventos VII S.A. (CNPJ: 15.253.791/0001-39); (xv) Energia dos Ventos VIII S.A. (CNPJ: 15.253.399/0001-90); (xvi) Livramento Holding S.A. (CNPJ: 14.610.209/0001-81); (xvii) Eólica Cerro Chato IV S.A. (CNPJ: 14.620.866/0001-00); (xviii) Eólica Cerro Chato V S.A. (CNPJ: 14.606.642/0001-43); (xix) Eólica Cerro Chato VI S.A. (CNPJ: 14.607.742/0001-94); (xx) Eólica Cerro dos Trindade S.A. (CNPJ: 14.610.172/0001-91); (xxi) Eólica Ibiraputiã S.A. (CNPJ: 14.608.116/0001-12); (xxii) Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. – TSLE (CNPJ: 16.383.969/0001-29), incorporada em 1º de abril de 2022 pela CGT Eletrosul); e (xxiii) Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (CNPJ: 00.073.957/0001-68), incorporada em 2 de

janeiro de 2020 pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (anterior denominação social de CGT Eletrosul). **Para evitar quaisquer dúvidas, não estão incluídas na definição de "Empresas Eletrobras" para fins da Alocação Prioritária a Empregados e Aposentados, nos termos da Resolução CPPI 203, Itaipu Binacional e Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear;** e (b) "Planos de Previdência Complementar das Empresas Eletrobras", o Plano BD Engie (Entidade Fechada de Previdência Complementar: Fundação Elos Previdência) e os seguintes planos de previdência complementar patrocinados pelas Empresas Eletrobras, em conjunto: (i) Plano BD Chesf (Patrocinadora: Chesf e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Fachesf); (ii) Plano CD Chesf (Patrocinadora: Chesf e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Fachesf); (iii) Plano BS Chesf (Patrocinadora: Chesf e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Fachesf); (iv) Plano de Benefício Definido – BD da Real Grandeza (Patrocinadora: Furnas e Entidade Fechada de Previdência Complementar: FRG); (v) Plano de Contribuição Definida – CD da Real Grandeza (Patrocinadora: Furnas e Entidade Fechada de Previdência Complementar: FRG); (vi) Plano de Benefício Definido – BD Eletrobras (Patrocinadora: Eletrobras e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Eletros); (vii) Plano de Contribuição Definida – CD Eletrobras (Patrocinadora: Eletrobras e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Eletros); (viii) Plano de Contribuição Definida – CD I (Patrocinadora: Eletrobras e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Eletros); (ix) Plano ELOSPREV CGT Eletrosul (Patrocinadora: CGT Eletrosul e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Elos Previdência); (x) Plano BD–Elos/Eletrosul (Patrocinadora: CGT Eletrosul e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Elos Previdência); (xi) Plano CD Eletrosul (Patrocinadora: CGT Eletrosul e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Elos Previdência); (xii) Plano Único BD CGTEE (Patrocinadora: CGT Eletrosul e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Elos Previdência); (xiii) Plano 01-A – Eletronorte (Patrocinadora: Eletronorte e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Previnorte); (xiv) Plano 02-A – Amazonas Energia (Patrocinadora: Eletronorte e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Previnorte); (xv) Plano 01-B – Eletronorte (Patrocinadora: Eletronorte e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Previnorte); e (xvi) Plano 02-B – Amazonas Energia (Patrocinadora: Eletronorte e Entidade Fechada de Previdência Complementar: Previnorte).

- (c) Pessoas físicas residentes e domiciliadas no Brasil, as quais poderão adquirir Ações da Oferta Brasileira (i) diretamente ("Investidores de Varejo – Pessoas Físicas"), exceto se investirem acima do Valor Máximo do Pedido de Reserva Varejo (conforme definido no item 6.3 abaixo), ou (ii) indiretamente ("Investidores de Varejo – Fundos", que, conjuntamente com os Investidores de Varejo – Pessoas Físicas, constituem os "Investidores de Varejo"), por meio da aplicação em cotas de FMPs-FGTS (conforme definido abaixo) constituídos para a aquisição de Ações no âmbito da Oferta Brasileira, cujos regulamentos deverão adotar o padrão previsto no anexo ao Prospecto Preliminar, conforme disposto no artigo 8º, §4º, da Resolução CPPI; e
- (d) Pessoas físicas que investirem acima do Valor Máximo do Pedido de Reserva Varejo, pessoas jurídicas e outras entidades que vierem a participar da Oferta Brasileira, conforme disposto no artigo 8º, §8º, da Resolução CPPI ("Investidores Institucionais").

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 2º, inciso XII, da Resolução CVM nº 35, de 26 de maio de 2021, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam: (i) controladores e/ou administradores da Companhia, do Acionista Vendedor e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições

Participantes da Oferta Brasileira, dos Coordenadores da Oferta Internacional e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; **(iii)** empregados, funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, dos Coordenadores da Oferta Internacional e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta Pública Global; **(iv)** agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta Brasileira, dos Coordenadores da Oferta Internacional e/ou dos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta Pública Global; **(v)** demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta Brasileira, dos Coordenadores da Oferta Internacional e/ou dos Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta Pública Global; **(vi)** sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta Brasileira, dos Coordenadores da Oferta Internacional e/ou dos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta Pública Global; **(vii)** cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e **(viii)** clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam pessoas vinculadas ("Pessoas Vinculadas").

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400: **(i)** para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou **(ii)** que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma parcela significativa da Oferta Pública Global.

Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta Pública Global e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações*", do Prospecto Preliminar.

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) das Ações da Oferta Pública Global inicialmente ofertadas (sem considerar o exercício das Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações da Oferta Pública Global junto a investidores que sejam Pessoas Vinculadas, inclusive Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo que as ordens ou intenções de investimento realizadas serão automaticamente canceladas.

6. PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA BRASILEIRA

Observadas as condições precedentes descritas no item 4 desta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas) e conforme disposto no item 5 desta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas) e nos artigos 8º e 9º da Resolução CPPI, as Instituições Participantes da Oferta Brasileira realizarão a distribuição pública das Ações da Oferta Brasileira, por meio de ofertas distintas, quais sejam: **(i)** uma oferta prioritária aos Acionistas ("Oferta Prioritária aos Acionistas"); **(ii)** uma oferta destinada a Empregados e Aposentados ("Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados"); **(iii)** uma oferta aos Investidores de Varejo ("Oferta de Varejo"); e (iv) uma oferta aos Investidores Institucionais ("Oferta Institucional"), conforme descritas a seguir.

I. Oferta Prioritária aos Acionistas:

Nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400 e do artigo 9º da Resolução CPPI, de forma a assegurar a participação dos Acionistas na Oferta Brasileira e, conseqüentemente, a manutenção de suas participações no capital social total da Companhia, será concedida aos Acionistas, assim evidenciados na Primeira Data de Corte, prioridade para subscrição das Ações da Oferta Primária, incluindo a quantidade máxima de Ações do Lote Suplementar, em quantidade equivalente a até o Limite de Subscrição Proporcional (conforme definido no item 6.1) do respectivo Acionista ("Direito de Prioridade dos Acionistas"). **Não será admitida qualquer negociação ou cessão, total ou parcial, dos direitos de prioridade dos Acionistas, incluindo entre os próprios Acionistas.**

Na medida em que a Oferta Prioritária aos Acionistas tem por fim assegurar a manutenção das participações dos Acionistas no capital social total da Companhia, apenas as Ações da Oferta Primária, incluindo a quantidade máxima de Ações do Lote Suplementar, serão oferecidas no âmbito da Oferta Prioritária aos Acionistas, sendo certo que as Ações da Oferta Brasileira ofertadas por meio da Oferta Secundária não estarão sujeitas a qualquer direito de prioridade por parte dos Acionistas. Além disso, (a) cada Acionista que optou por não exercer ou exercer parcialmente seu Direito de Prioridade dos Acionistas, seja em relação à quantidade de Ações inicialmente ofertada na Oferta Primária ou em relação às Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício total ou parcial da Opção de Ações do Lote Suplementar, poderá ter sua participação no capital social total da Companhia diluída; e (b) cada Acionista que optou por exercer seu Direito de Prioridade dos Acionistas em relação às Ações do Lote Suplementar, caso haja exercício parcial ou total da Opção de Ações do Lote Suplementar, poderá ter a sua participação no capital social total da Companhia aumentada. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta Pública Global e às Ações – Na Oferta Pública Global, os Acionistas terão assegurada a manutenção de sua proporção na participação no capital social total da Companhia (inclusive considerando a possibilidade de subscrição prioritária das Ações do Lote Suplementar), o que poderá ensejar diversos riscos*" do Prospecto Preliminar.

Tendo em vista que não haverá qualquer emissão de novas ações preferenciais de qualquer classe da Companhia no âmbito da Oferta Pública Global, o Direito de Prioridade dos Acionistas preferencialistas ficará assegurado por meio de sua inclusão na Oferta Prioritária aos Acionistas, assegurando, dessa forma, a manutenção de suas respectivas participações

no capital social total da Companhia, nos termos do artigo 9º da Resolução CPPI, observado o disposto no item 6.1 abaixo.

Tomar-se-á como base a participação acionária verificada nas posições em custódia: **(i)** na Central Depositária de Ativos da B3 ("Central Depositária"); e **(ii)** no Banco Bradesco S.A., instituição responsável pela escrituração e custódia das ações de emissão da Companhia ("Escriturador"): **(a)** ao final do dia 27 de maio de 2022 ("Primeira Data de Corte"); e **(b)** ao final do dia 06 de junho de 2022 ("Segunda Data de Corte"). A Oferta Prioritária aos Acionistas destina-se exclusivamente aos Acionistas na Primeira Data de Corte. Se a posição acionária do Acionista sofrer alteração entre a Primeira Data de Corte e a Segunda Data de Corte, o respectivo Limite de Subscrição Proporcional sofrerá alteração proporcional à variação da posição em custódia do Acionista verificada entre a Primeira Data de Corte e a Segunda Data de Corte.

II. Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados

Empregados e Aposentados poderão realizar solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento de formulário específico destinado à subscrição/aquisição das Ações da Oferta Brasileira, em caráter irrevogável e irretratável ("Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados") indicando tal condição, a fim de participarem da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados. Será alocada à Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados 69.747.685 Ações, correspondentes a 10% da quantidade total de Ações da Oferta Pública Global, desde que haja demanda ("Alocação Prioritária aos Empregados e Aposentados").

III. Oferta de Varejo

Após atendimento às prioridades indicadas nos itens I e II acima, a Oferta de Varejo será destinada aos Investidores de Varejo que realizarem reserva antecipada mediante o preenchimento de formulário específico destinado à subscrição/aquisição das Ações da Oferta Brasileira, em caráter irrevogável e irretratável ("Pedido de Reserva"), e/ou Termo de Adesão ao FMP-FGTS (e consequentemente aos FMP-ELET e/ou FMP-ELET Migração que realizarem Pedido de Reserva de FMP-FGTS), conforme o caso e aplicável, observado que (i) será garantida a alocação mínima de Ações a cada Investidor de Varejo – Pessoa Física correspondente a, no mínimo, R\$5.000,00 (ou o valor imediatamente superior a R\$ 5.000,00 necessário para que não haja alocação de fração de Ação), valor esse que poderá ser aumentado, conforme definição na data da fixação do Preço por Ação em comum acordo entre a Companhia, Acionista Vendedor e Coordenadores da Oferta Brasileira, até R\$50.000,00 (ou o valor imediatamente inferior a R\$50.000,00 necessário para que não haja alocação de fração de Ação) ("Alocação Mínima do Varejo"), para que o maior número de Pedidos de Reserva possam ser totalmente atendidos antes que se proceda a qualquer eventual rateio, e (ii) será destinado à subscrição/aquisição de Ações por FMP-ELET (conforme definido no item 6.3 abaixo) e FMP-ELET de Migração (conforme definido no item 6.3 abaixo) ("Alocação dos FMPs") o valor máximo agregado de R\$6.000.000.000,00, neste último caso desde que após o atendimento aos itens I e II acima, bem como à Alocação Mínima de Varejo. A Alocação dos FMPs não será considerada para fins de atendimento aos esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Nível 1.

IV. Oferta Institucional:

A Oferta Institucional será destinada aos Investidores Institucionais, e será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, com esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, exceto na hipótese de pessoas jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 que vierem a participar da Oferta Brasileira que indiquem valor de investimento igual ou inferior a R\$1.000.000,00 no Pedido de Reserva ("PJs Participantes"), sendo que, neste caso, tais investidores serão alocados de acordo com o item 6.3 (a) abaixo.

6.1. Oferta Prioritária aos Acionistas:

Nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400 e do artigo 9º da Resolução CPPI, de forma a assegurar a participação dos Acionistas na Oferta Brasileira e, conseqüentemente, a manutenção de suas participações no capital social total da Companhia, as Ações da Oferta Primária e a quantidade máxima de Ações do Lote Suplementar serão destinadas prioritariamente à colocação junto aos Acionistas que venham a realizar solicitação de subscrição mediante o preenchimento de formulário específico ("Pedido de Reserva da Oferta Prioritária"), junto a uma única Instituição Consorciada, durante o período compreendido entre 03 de junho de 2022, inclusive, e 07 de junho de 2022, inclusive ("Período de Reserva da Oferta Prioritária"), manifestando a intenção de exercer seu Direito de Prioridade dos Acionistas de acordo com o procedimento indicado abaixo.

Será assegurado a cada um dos Acionistas, desde que assim seja evidenciado pela sua posição na Primeira Data de Corte, que realizar Pedido de Reserva da Oferta Prioritária durante o Período de Reserva da Oferta Prioritária, o direito de subscrever Ações da Oferta Primária, considerando a quantidade máxima de Ações do Lote Suplementar, no âmbito da Oferta Prioritária aos Acionistas, equivalentes a (i) até o limite proporcional de participação de tal Acionista em relação à quantidade total de ações que compõe o capital social total da Companhia na Segunda Data de Corte, desconsiderando as ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, aplicado sobre (ii) a quantidade total de Ações objeto da Oferta Prioritária aos Acionistas.

Dessa forma, (i) sem considerar a colocação das Ações do Lote Suplementar, cada (a) ação ordinária de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista na Segunda Data de Corte assegurará ao respectivo Acionista o direito de subscrever 0,400066 Ação; (b) ação preferencial classe A de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista na Segunda Data de Corte assegurará ao respectivo Acionista o direito de subscrever 0,400066 Ação; e (c) ação preferencial classe B de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista na Segunda Data de Corte assegurará ao respectivo Acionista o direito de subscrever 0,400066 Ação; ou (ii) assumindo a colocação integral das Ações do Lote Suplementar, cada (a) ação ordinária de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista na Segunda Data de Corte assegurará ao respectivo Acionista o direito de subscrever 0,466749 Ação, (b) ação preferencial classe A de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista na Segunda Data de Corte assegurará ao respectivo Acionista o direito de subscrever 0,466749 Ação, e (c) ação preferencial classe B de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista na Segunda Data de Corte assegurará ao respectivo Acionista o direito de subscrever 0,466749 Ação ("Limite de Subscrição Proporcional"). Caso o Limite de Subscrição Proporcional de determinado Acionista resulte em fração de Ação, tal Acionista fará jus ao maior número inteiro de Ações que vier a ser apurado, sujeito ao valor máximo de investimento indicado no respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária.

Os Acionistas que pretenderem participar da Oferta Prioritária deverão indicar nos respectivos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária o valor do investimento pretendido em Ações objeto da Oferta Prioritária aos Acionistas, sujeito ao respectivo Limite de Subscrição Proporcional, **não havendo valor mínimo ou máximo de investimento para a Oferta Prioritária aos Acionistas.**

Os Acionistas que apresentarem Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária (a) deverão estabelecer o limite para o valor financeiro de seu investimento pretendido nas Ações objeto da Oferta Prioritária aos Acionistas; e (b) poderão estabelecer um preço máximo por Ação como condição para sua participação na Oferta Prioritária aos Acionistas.

Os Acionistas que desejarem subscrever Ações no âmbito da Oferta Prioritária aos Acionistas em quantidade superior aos seus respectivos Limites de Subscrição Proporcional poderão participar das demais modalidades de oferta previstas nos itens 6.II a 6.IV acima, desde que atendam às condições aplicáveis a cada uma delas.

Os Acionistas que desejarem participar da Oferta Prioritária aos Acionistas deverão se cadastrar ou, caso já sejam cadastrados, deverão se certificar que seus respectivos cadastros estejam atualizados perante o Escriturador, se aplicável, e a Instituição Consorciada com a qual desejem efetivar seus respectivos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, sem prejuízo de observarem os procedimentos descritos abaixo. Tais Acionistas estarão sujeitos às normas e procedimentos internos do Escriturador, se aplicável, das respectivas Instituições Consorciadas, custodiantes, representantes de investidores não residentes e da B3, em especial às regras e normas aplicáveis à Central Depositária. Os Acionistas detentores de ADSs definidos como *non-US* persons que desejarem participar da Oferta Prioritária aos Acionistas deverão tomar as providências necessárias para efetivar até a Primeira Data de Corte a conversão de seus ADSs em ações de emissão da Companhia junto à instituição depositária do programa de ADR lastreado em ações de emissão da Companhia, qual seja, Citibank, N.A. Nem a Companhia, nem o Acionista Vendedor, nem os Coordenadores da Oferta Brasileira e nem a B3 terão qualquer responsabilidade por quaisquer perdas, demandas, prejuízos, danos ou obrigações decorrentes do não atendimento pelos Acionistas dos requisitos para exercício do Direito de Prioridade dos Acionistas e consequente não participação da Oferta Prioritária aos Acionistas, nos termos estabelecidos nesta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas).

Ficará a cargo de cada Acionista tomar as medidas cabíveis para efetivar o cadastro ou atualizar seu cadastro, conforme o caso, no Escriturador, se aplicável, e na Instituição Consorciada de sua preferência em tempo hábil, conforme procedimentos estabelecidos pelo Escriturador, se aplicável, e por tal Instituição Consorciada, para permitir a efetivação do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária durante o Período de Reserva da Oferta Prioritária, observados os procedimentos do Escriturador, se aplicável, e de cada Instituição Consorciada, bem como os procedimentos previstos nesta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas).

Recomenda-se aos Acionistas que desejarem participar da Oferta Prioritária, que entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizarem os seus respectivos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, para: **(i)** verificarem a necessidade de manutenção de recursos em conta nele aberta ou mantida, para fins de garantia dos seus respectivos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária; **(ii)** verificarem a possibilidade de débito antecipado da conta por parte da Instituição Consorciada; **(iii)**

obterem informações mais detalhadas acerca dos prazos estabelecidos para a realização do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, observados os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e, se for o caso, **(iv)** atualizarem ou efetuarem o cadastro naquela Instituição Consorciada. Caso as ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista estejam custodiadas no Escriturador, recomenda-se a tais Acionistas que desejarem participar da Oferta Prioritária que se certifiquem de que seus respectivos cadastros estão atualizados no Escriturador, observando os procedimentos para a Oferta Prioritária aos Acionistas descritos nesta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas).

Não haverá reserva de sobras no âmbito da Oferta Prioritária aos Acionistas e as Ações objeto da Oferta Prioritária aos Acionistas remanescentes, se houver, serão destinadas à Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, à Oferta de Varejo e à Oferta Institucional.

Adicionalmente, os Acionistas não poderão subscrever Ações objeto da Oferta Prioritária aos Acionistas caso tal subscrição viole a legislação da jurisdição em que o Acionista esteja domiciliado ou exija o registro do Acionista sob qualquer legislação que não seja a brasileira, incluindo o *Securities Act*. É de responsabilidade de cada Acionista a determinação de sua elegibilidade para participar da Oferta Prioritária aos Acionistas sob a legislação de sua jurisdição.

Os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária são irrevogáveis e irretratáveis, exceto pelo disposto no item (xii) abaixo, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva da Oferta Prioritária e de acordo com as seguintes condições:

- (i) observado o Limite de Subscrição Proporcional, cada Acionista interessado em participar da Oferta Prioritária aos Acionistas, inclusive no caso de Pessoa Vinculada, deverá efetuar o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária perante uma única Instituição Consorciada, mediante seu preenchimento e entrega durante o Período de Reserva da Oferta Prioritária indicando o limite para o valor de seu investimento nas Ações da Oferta Prioritária aos Acionistas, observado o respectivo Limite de Subscrição Proporcional, sendo que o Acionista (a) que for Pessoa Vinculada deverá indicar em seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária a sua condição de Pessoa Vinculada. Os Acionistas que sejam considerados Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária cancelados no caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar); e (b) poderá estipular, no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Acionista opte por estipular um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária e o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao estipulado, o Pedido de Reserva da Oferta Prioritária deste Acionista será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada que o houver recebido;
- (ii) não há valor mínimo ou valor máximo de investimento a ser estipulado pelos Acionistas para a Oferta Prioritária aos Acionistas, sendo certo, no entanto, que a quantidade máxima de Ações, no âmbito da Oferta Prioritária aos Acionistas está sujeita ao respectivo Limite de Subscrição Proporcional e ao valor financeiro de investimento indicado no respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária;

- (iii) os Acionistas deverão estipular o limite para o valor financeiro de seu investimento nas Ações da Oferta Prioritária aos Acionistas, no âmbito do exercício de seus respectivos Direitos de Prioridade na Oferta Prioritária aos Acionistas, apenas no preenchimento dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, durante o Período de Reserva da Oferta Prioritária, e sem a possibilidade de retificação posterior;
- (iv) não haverá a possibilidade de solicitação de subscrição de sobras na Oferta Prioritária aos Acionistas e tampouco será realizado rateio no âmbito da Oferta Prioritária aos Acionistas; após a colocação das Ações na Oferta Prioritária aos Acionistas, de acordo com o Limite de Subscrição Proporcional, as Ações objeto da Oferta Prioritária aos Acionistas que eventualmente remanescerem serão destinadas à Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, à Oferta de Varejo e à Oferta Institucional;
- (v) a quantidade de Ações da Oferta Prioritária aos Acionistas a ser subscrita, o valor do respectivo investimento (calculado mediante divisão do valor do investimento pretendido indicado no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Acionistas pelo Preço por Ação), a Data de Liquidação e o Preço por Ação serão informados a cada Acionista até as 16h00 do dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, por meio do seu endereço eletrônico, ou, na ausência deste, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor indicado no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, observado o respectivo Limite de Subscrição Proporcional. Caso a relação entre o valor do respectivo investimento e o Preço por Ação resulte em fração de Ação, a quantidade a ser subscrita será limitada ao maior valor inteiro apurado, desconsiderando-se eventuais frações de Ações;
- (vi) cada um dos Acionistas deverá efetuar o pagamento à vista do valor indicado no item (v) acima, junto à Instituição Consorciada com quem tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, até as 10 horas da Data de Liquidação, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva da Oferta Prioritária deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Acionista;
- (vii) na Data de Liquidação, após as 16h00, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária entregará, por meio da B3, a cada um dos Acionistas que tiver efetuado o Pedido de Reserva da Oferta Prioritária e que tiver efetuado a integralização das Ações, a quantidade de Ações informada ao Acionista nos termos do item (v) acima;
- (viii) a Instituição Consorciada que venha a atender Pedido de Reserva da Oferta Prioritária deverá, para se habilitar na Oferta Prioritária, realizar o depósito de garantias necessárias para que o Pedido de Reserva da Oferta Prioritária possa ser liquidado, no prazo e nos valores estabelecidos pela B3, nos termos do Manual de Procedimentos Operacionais ("Depósito de Garantia");
- (ix) **na eventualidade de uma determinada Instituição Consorciada não realizar o Depósito de Garantia, conforme aplicável, os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária recebidos por tal Instituição Consorciada serão cancelados**, nos termos do Manual de Procedimentos Operacionais, não tendo a Companhia, nem o Acionista Vendedor, nem os Coordenadores da

Oferta Brasileira, nem a B3 responsabilidade por quaisquer perdas, demandas, prejuízos ou danos incorridos pelo ou ao Acionista que tenha realizado seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária com tal Instituição Consorciada;

- (x) **na eventualidade de uma determinada Instituição Consorciada realizar parcialmente o Depósito de Garantia, os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária recebidos por tal Instituição Consorciada que não tenham sido garantidos serão cancelados pela Instituição Consorciada**, não tendo a Companhia, nem o Acionista Vendedor, nem os Coordenadores da Oferta Brasileira, nem a B3 responsabilidade por quaisquer perdas, demandas, prejuízos ou danos incorridos pelo ou ao Acionista cujo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária não tenha sido garantido nos termos deste item. Na hipótese de a Instituição Consorciada não cancelar os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária cujo valor não tenha sido garantido nos termos deste item, todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária realizados pela Instituição Consorciada serão cancelados, não tendo a Companhia, nem o Acionista Vendedor, nem os Coordenadores da Oferta Brasileira, nem a B3 responsabilidade por quaisquer perdas, demandas, prejuízos ou danos incorridos pelo ou ao Acionista que tenha realizado seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária com tal Instituição Consorciada, nos termos do Manual de Procedimentos Operacionais;
- (xi) nas hipóteses previstas nesta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas), incluindo aquelas previstas nos itens (i), (ix) e (x) acima, o Acionista que tiver seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária cancelado: **(a)** não participará da Oferta Prioritária aos Acionistas; e **(b)** os valores eventualmente depositados por tal Acionista deverão ser integralmente devolvidos pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados do cancelamento do respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária;
- (xii) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Acionista, ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4º do artigo 45 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Acionista poderá desistir do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva da Oferta Prioritária (por meio de mensagem eletrônica ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada). Em tais casos, o Acionista poderá desistir do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, nos termos acima descritos, até às 12h00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Prospecto Definitivo, ou for comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta. Caso o Acionista não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva da Oferta Prioritária será considerado válido e o Acionista deverá efetuar o pagamento do valor total do seu investimento. Caso o Acionista já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (v) acima e

venha a desistir do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária nos termos deste item, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes sobre os valores pagos, inclusive em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo de três dias úteis contados da desistência do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária; e

- (xiii) na hipótese de: (a) não haver conclusão da Oferta Pública Global; (b) rescisão do Contrato de Colocação; (c) cancelamento ou revogação da Oferta Pública Global; ou, ainda, (d) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária em função de expressa disposição legal ou regulamentar, todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária serão automaticamente cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária comunicará ao respectivo Acionista o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Acionista já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (vi) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes sobre os valores pagos, inclusive em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima citados.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e dos artigos 1º e 2º, da Resolução CVM 27, o Pedido de Reserva da Oferta Prioritária será o documento por meio do qual os Acionistas aceitarão participar da Oferta Prioritária aos Acionistas, bem como inscrever e integralizar as Ações que vierem a ser a eles alocadas. Dessa forma, a subscrição das Ações pelos Acionistas será formalizada por meio do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição.

Os Acionistas que aderirem à Oferta Prioritária aos Acionistas não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Recomenda-se aos Acionistas que aderirem à Oferta Prioritária aos Acionistas que: (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, especialmente os procedimentos relativos à prioridade de alocação, liquidação da Oferta e as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência, especialmente as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta Pública Global e às Ações”.

6.2. Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados

Será permitida aos Empregados e Aposentados a participação na Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, desde que realizem Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados indicando tal condição junto a uma única Instituição Consorciada, durante o período de 03 de junho de 2022 a 08 de junho de 2022 ("Período de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados"), sendo que os Empregados e Aposentados que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados a sua condição de Pessoa Vinculada. Os Empregados e Aposentados que sejam considerados Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados cancelados no caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar).

No contexto da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, 69.747.685 Ações, correspondentes a 10% da quantidade total de Ações da Oferta Pública Global, serão destinadas a Empregados e Aposentados que venham a realizar Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, desde que haja demanda, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento indicado abaixo neste item 6.2, bem como observado que o montante solicitado no referido Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados seja de, no mínimo, R\$50,00 (cinquenta reais) para garantir que a alocação atinja, no mínimo, o Preço Por Ação.

Recomenda-se aos Empregados e Aposentados interessados na realização dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados que: (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, especialmente os procedimentos relativos à prioridade de alocação, liquidação da Oferta e as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência, especialmente as seções "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia*" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta Pública Global e às Ações*" do Prospecto Preliminar, bem como o item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, se esta exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela para fins de garantia do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, conforme o caso e aplicável; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada.

Os Empregados e Aposentados que aderirem à Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Os Empregados e Aposentados deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, o procedimento abaixo:

- (i) durante o Período de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, cada um dos Empregados e Aposentados interessados em participar da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados deverá realizar Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, com uma única Instituição Consorciada, irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto nos itens (ii), (iv), (v), (vii), (viii) e (ix) abaixo, sendo que deverão necessariamente, indicar no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados sua condição de Empregado ou Aposentado sob pena de ser considerado um Investidor de Varejo e não participar da Alocação Prioritária para Empregados e Aposentados;
- (ii) cada Empregado ou Aposentado poderá estipular, no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Empregado ou Aposentado opte por estipular um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados e o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estipulado, o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada que o houver recebido;
- (iii) o valor de investimento deverá ser de, no mínimo, R\$50,00 (cinquenta reais) para garantir que a alocação atinja, no mínimo, o Preço por Ação, não havendo valor máximo de investimento, sendo certo, no entanto, que a quantidade máxima de Ações, no âmbito da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados está sujeita ao valor máximo de investimento indicado no respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados;
- (iv) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados realizados por Empregados e Aposentados titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Empregados e Aposentados interessados na realização de Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados que **(a)** leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes do Prospecto Preliminar; **(b)** verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados; e **(c)** entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;

- (v) os Empregados e Aposentados deverão realizar seus Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados no Período de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, sendo que os Empregados e Aposentados que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados ser cancelado pela Instituição Consorciada;
- (vi) os Empregados e Aposentados que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados durante o Período de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados. Os Empregados e Aposentados que sejam considerados Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados cancelados no caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar);
- (vii) caso a demanda total por Ações objeto da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados objeto dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados realizados por Empregados e Aposentados seja **(i)** igual ou inferior ao montante de Ações correspondente à Alocação Prioritária aos Empregados e Aposentados, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados realizados por Empregados e Aposentados, de modo que as Ações remanescentes, se houver, serão destinadas à Oferta de Varejo e à Oferta Institucional; ou **(ii)** exceda o montante de Ações correspondente à Alocação Prioritária aos Empregados e Aposentados, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio Empregados e Aposentados"), sendo garantido ao menos 1 (uma) Ação por Empregado ou Aposentado. Caso haja Rateio Empregados e Aposentados, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes sobre os valores pagos, inclusive em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;
- (viii) até às 16h00 do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, serão informados a cada Empregado e Aposentado pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do Rateio Empregados e Aposentados), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento (calculado mediante divisão do valor do investimento pretendido indicado no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados pelo Preço por Ação), sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento deverá ser de, no mínimo, R\$50,00 (cinquenta reais) para garantir que a alocação atinja, no mínimo, o Preço Por Ação, e será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, sendo que caso haja Rateio Empregados e Aposentados será garantido ao menos 1 (uma) Ação por Empregado ou Aposentado. Caso a relação entre o valor do respectivo investimento e o Preço por Ação resulte em fração de Ação, a quantidade a ser subscrita/adquirida será limitada ao maior valor inteiro apurado, desconsiderando-se eventuais frações de Ações;

- (ix) até às 10h00 da Data de Liquidação, cada Empregado e Aposentado que tenha realizado Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado no item (viii) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Empregado e Aposentado;
- (x) na Data de Liquidação, após as 16h00, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Empregado e Aposentado que tenha realizado Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, conforme informado ao Empregado ou Aposentado de acordo com o item (viii) acima, desde que tenha efetuado o pagamento previsto no item (ix) acima;
- (xi) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Empregado ou Aposentado, ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4º do artigo 45 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta Pública Global seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta Pública Global seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Empregado ou Aposentado poderá desistir do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados (por meio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada). Em tais casos, o Empregado ou Aposentado poderá desistir do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, nos termos acima descritos, até as 12h00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Prospecto Definitivo, ou for comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta. Caso o Empregado ou Aposentado não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados será considerado válido e o Empregado ou Aposentado deverá efetuar o pagamento do valor total do seu investimento. Caso o Empregado ou Aposentado já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (ix) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados nos termos deste item, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes sobre os valores pagos, inclusive em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo de três dias úteis contados da desistência do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados; e

- (xii) caso não haja conclusão da Oferta, caso ocorra rescisão do Contrato de Colocação ou em caso de cancelamento ou revogação da Oferta, ou ainda em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados em função de expressa disposição legal ou regulamentar, todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados serão automaticamente cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados comunicará ao respectivo Empregado ou Aposentado o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Empregado ou Aposentado já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (ix) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes sobre os valores pagos, inclusive em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo de três dias úteis contados da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima citados.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e dos artigos 1º e 2º, da Resolução CVM 27, o Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados será o documento por meio do qual os Empregados e Aposentados aceitarão participar da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, bem como subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a eles alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações pelos Empregados e Aposentados será formalizada por meio do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda, conforme o caso.

6.3. Oferta de Varejo

Observado o disposto abaixo, será permitida aos Investidores de Varejo a participação na Oferta de Varejo de forma direta e indireta, conforme descrito abaixo:

- a. diretamente, por Investidores de Varejo – Pessoas Físicas que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o período de 03 de junho de 2022 a 08 de junho de 2022 (“Período de Reserva”), sendo que os Investidores de Varejo – Pessoas Físicas que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, observados o valor mínimo de Pedido de Reserva de R\$1.000,00 (“Valor Mínimo de Pedido de Reserva Varejo”) e o valor máximo de Pedido de Reserva de R\$1.000.000,00 (“Valor Máximo do Pedido de Reserva Varejo”) e, em conjunto com o Valor Mínimo de Pedido de Reserva Varejo, “Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Varejo”) por Investidor de Varejo – Pessoa Física; e/ou
- b. indiretamente, por Investidores de Varejo – Fundos, que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento de formulário específico destinado à subscrição de cotas de FMP-FGTS (conforme definido abaixo), em caráter irrevogável e irretratável, no âmbito da Oferta de Varejo (“Termo de Adesão ao FMP-FGTS”) junto a uma única instituição administradora de FMP-FGTS (“Administradora”), em que haverá solicitação da transferência de recursos (a) disponíveis de sua(s) conta(s) vinculada(s) ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (“FGTS” e “FMP-ELET”, respectivamente) durante o período de 03 de junho de 2022, inclusive, a 08 de junho de 2022, até às 12h00 (“Período de Adesão FMP-ELET”) ou (b) de aplicações previamente existentes em outros

Fundos Mútuos de Privatização-FGTS (“FMP-ELET de Migração”, que em conjunto com o FMP-ELET, “FMP-FGTS”), durante o período de 03 de junho de 2022, inclusive, a 06 de junho de 2022, inclusive (“Período de Adesão FMP-ELET de Migração”, que em conjunto com o Período de Adesão FMP-ELET, “Período de Adesão”), para que, em qualquer dos casos, o seu FMP-FGTS possa realizar nova emissão de cotas e com os recursos decorrentes de tal nova emissão de cotas possa exercer o direito de subscrever/adquirir Ações da Oferta de Varejo, observados (i) o valor mínimo de pedido de adesão por Investidores de Varejo – Fundos de R\$200,00 (ou valor menor que venha a ser eventualmente estipulado a exclusivo critério de um FMP-FGTS) (“Valor Mínimo de Adesão”); (ii) exclusivamente para os FMP-ELET, o valor máximo por Investidor de Varejo – Fundos de pedido de adesão equivalente a 50% do saldo existente e disponível em cada conta vinculada do FGTS, na data de exercício da opção, conforme autorizado pelo inciso XII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, conforme alterada, deduzidos, na forma da legislação e regulamentação aplicável, os valores anteriormente aplicados em Fundos Mútuos de Privatização-FGTS que não tenham retornado à conta vinculada do FGTS (“Valor Máximo de Adesão”); e (iii) que, para os FMP-ELET Migração, não haverá valor máximo por Investidor de Varejo – Fundos para o pedido de adesão a um FMP-ELET Migração.

De acordo com a previsão do artigo 1º, parágrafo 2º do Decreto 2.430 de 17 de dezembro de 1997, conforme alterado, os Investidores de Varejo - Fundos que aderirem à Oferta de Varejo indiretamente, só poderão aderir a um dos FMP-FGTS no âmbito da Oferta Brasileira. Dessa forma, por consequência, os Investidores de Varejo – Fundos que aderirem à Oferta de Varejo indiretamente só poderão realizar Termo de Adesão ao FMP-FGTS por meio de uma única forma de transferência de recursos, ou pelo FMP-ELET, ou pelo FMP-ELET Migração, sendo proibida a aderência por ambas as formas.

Os pedidos de reserva realizados por FMPs-FGTS (“Pedido de Reserva de FMP-FGTS”) deverão ser realizados exclusivamente junto à XP ou ao BTG Pactual, no último dia do seu respectivo Período de Adesão, de modo que o valor de tal Pedido de Reserva de FMP-FGTS corresponderá a, no máximo, o somatório dos montantes dos pedidos de reserva feitos em cotas do respectivo FMP-FGTS por meio de Termos de Adesão ao FMP-FGTS realizados pelos Investidores de Varejo – Fundos, a critério de cada Administradora. Exceto pela limitação de valor, conforme item 6.3(iii) abaixo, o Pedido de Reserva de FMP-FGTS obedecerá aos mesmos termos e condições dos Pedidos de Reserva. Eventuais dúvidas podem ser esclarecidas por pessoa designada pela XP e pelo BTG Pactual através dos seguintes *e-mails*: fmpoletrobras@xpi.com.br e OL-BTGP-EletMigracao@btgpactual.com.

Os FMPs-FGTS podem ser constituídos, na forma dos regulamentos-padrão anexos ao Prospecto Preliminar, para aquisição de Ações na Oferta Brasileira. Eventuais FMP-FGTS que não sigam os termos dos regulamentos-padrão anexos ao Prospecto Preliminar poderão ter seus respectivos Pedidos de Reserva de FMP-FGTS cancelados, cancelando conseqüente e automaticamente os respectivos Termos de Adesão ao FMP-FGTS. Nem a Companhia, nem o Acionista Vendedor, nem os Coordenadores da Oferta Brasileira e nem a B3 terão qualquer responsabilidade por quaisquer perdas, demandas, prejuízos, danos ou obrigações decorrentes do não atendimento por qualquer FMP-FGTS dos requisitos para participação da Oferta de Varejo, nos termos estabelecidos nesta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas)..

Para os FMPs-FGTS constituídos na forma dos regulamentos-padrão anexos ao Prospecto Preliminar, há a cobrança dos respectivos cotistas de valor devido pelos serviços de administração e gestão da carteira de cada um dos FMPs-FGTS a ser estabelecida por cada Administradora e incidente sobre o patrimônio líquido do FMP-FGTS em questão, calculada e provisionada todo dia útil, a qual deverá ser paga pelos respectivos cotistas mensalmente no primeiro dia útil de cada mês.

Os Investidores de Varejo – Fundos que optarem por investir em FMP-FGTS devem ler cuidadosamente os respectivos regulamentos e estar cientes de que (i) não serão titulares de ações de emissão da Companhia; (ii) poderá haver diferenças em termos tributários e de liquidez dos respectivos investimentos, incluindo restrições para o seu resgate; (iii) recursos oriundos de resgate de cotas dos FMP-FGTS não terão disponibilidade imediata a seus investidores e sua disciplina estará restrita aos termos de saque do FGTS previstos em lei ou na regulamentação aplicável; (iv) poderá haver incidência de taxas de administração/gestão/performance de tais fundos de investimento; e (v) os respectivos FMP-FGTS podem ter políticas de investimento próprias e a variação do valor de suas cotas pode não refletir exclusivamente o desempenho das ações de emissão da Companhia.

No contexto da Oferta de Varejo, serão ofertadas, no mínimo, 10% da quantidade total de Ações da Oferta Pública Global ofertada (considerando as Ações do Lote Suplementar) observada a Alocação Mínima de Varejo, para os Investidores de Varejo – Pessoas Físicas e, após o atendimento de referida alocação será observada a Alocação dos FMPs, sendo que o remanescente será subsequentemente alocado para Investidores de Varejo – Pessoas Físicas que excedam a Alocação Mínima de Varejo, conforme procedimento indicado abaixo. A Alocação dos FMPs não será considerada para fins de atendimento aos esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Nível 1.

Os Investidores de Varejo – Pessoas Físicas que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva. Os Investidores de Varejo – Pessoas Físicas que sejam considerados Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados no caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar). **É vedada a adesão aos FMP-FGTS por Investidores de Varejo – Fundos que sejam Pessoas Vinculadas.**

Recomenda-se aos Investidores de Varejo (e aos FMPs-FGTS) interessados na realização dos Pedidos de Reserva, dos Pedidos de Reserva de FMP-FGTS ou dos Termos de Adesão ao FMP-FGTS, conforme o caso e aplicável, que: (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, no Pedido de Reserva de FMP-FGTS ou no Termo de Adesão ao FMP-FGTS, bem como os respectivos regulamentos dos FMP-FGTS, conforme o caso e aplicável, especialmente os procedimentos relativos à prioridade de alocação, liquidação da Oferta e as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência, especialmente as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta Pública Global e às Ações” do Prospecto Preliminar, bem como o item “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, ou a XP ou o BTG Pactual ou a Administradora de sua preferência, conforme o caso, antes de realizar seu Pedido de Reserva, seu Pedido de Reserva de FMP-FGTS ou seu Termo de Adesão ao FMP-FGTS, conforme o caso e aplicável, se esta exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou

mantida junto a ela para fins de garantia do Pedido de Reserva, do Pedidos de Reserva de FMP-FGTS ou do Termo de Adesão ao FMP-FGTS, conforme o caso e aplicável; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência ou a XP ou o BTG Pactual ou a Administradora de sua preferência, conforme o caso, para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada, XP ou Administradora, conforme o caso, para a realização do Pedido de Reserva, do Pedido de Reserva de FMP-FGTS ou do Termo de Adesão ao FMP-FGTS, conforme o caso e aplicável ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, XP ou BTG Pactual ou Administradora, conforme o caso, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada, XP, BTG Pactual e cada Administradora; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência ou a XP ou o BTG Pactual ou a Administradora de sua preferência, conforme o caso, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, seu Pedido de Reserva de FMP-FGTS ou seu Termo de Adesão ao FMP-FGTS, conforme o caso e aplicável, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada, XP, BTG Pactual ou Administradora.

Os Investidores de Varejo (e os FMPs-FGTS) que aderirem à Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Os Investidores de Varejo deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, nos Termos de Adesão ao FMP-FGTS e/ou nos Pedidos de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, o procedimento abaixo:

- (i) durante o Período de Reserva, cada Investidor de Varejo – Pessoa Física interessado em participar diretamente da Oferta de Varejo deverá realizar Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto nos itens (iv), (v), (vi), (viii), (xi) e (xii) abaixo;
- (ii) cada Investidor de Varejo – Fundos que tenha interesse em participar indiretamente da Oferta de Varejo deverá firmar, durante o seu respectivo Período de Adesão, Termos de Adesão ao FMP-FGTS, com uma única Administradora, por meio do qual o investidor se obrigará a integralizar o valor da sua aplicação em tal FMP-FGTS na Data de Liquidação (conforme definido abaixo) nos termos dos regulamentos-modelo anexos ao Prospecto Preliminar, conforme aplicável, sendo que tais Termos de Adesão ao FMP-FGTS terão caráter irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto nos itens (vi), (vii), (viii), (xi) e (xii) abaixo. Cada Investidor de Varejo – Fundos que firme Termo de Adesão ao FMP-FGTS deverá observar o Valor Mínimo de Adesão ou, conforme o caso, o Valor Máximo de Adesão;
- (iii) o Pedido de Reserva de FMP-FGTS deverá ser realizado no último dia do respectivo Período de Adesão, de modo que o valor de tal Pedido de Reserva de FMP-FGTS corresponderá a, no máximo, o somatório dos montantes dos pedidos de reserva feitos em cotas do respectivo FMP-FGTS por meio de Termos de Adesão ao FMP-FGTS, realizados pelos Investidores de Varejo – Fundos, observado o disposto no item (ii) acima, que os FMPs-FGTS tiverem recebido e aceitado, a critério de cada Administradora. Ademais, caberá a cada gestora de FMP-FGTS ou à Administradora, caso a mesma cumule as duas atividades (“Gestora”) entrar em contato com a XP ou com o BTG Pactual para informar (a) o montante total de solicitação de reserva na Oferta e o montante de solicitação de reserva na oferta para cada FMP-FGTS de que seja a respectiva Gestora, com indicação de ser um

FMP-ELET ou um FMP-ELET de Migração, (b) o montante solicitado ao FGTS e/ou (c) o montante solicitado de transferência para o FMP-ELET de Migração, sendo a veracidade das informações, em todos os casos, de responsabilidade de cada Gestora, sob as penas das leis aplicáveis. Na ausência dessa comunicação do Pedido de Reserva para a XP ou o BTG Pactual, (a) será considerado, para os FMP-ELET, Pedido de Reserva em montante correspondente a 90% (noventa por cento) do valor total solicitado ao FGTS para referido FMP-ELET; e (b) para FMP-ELET de Migração, não será considerado nenhum Pedido de Reserva;

- (iv) os Investidores de Varejo – Pessoas Físicas que decidirem participar diretamente da Oferta de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelos Investidores de Varejo – Pessoas Físicas, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado. **Os Investidores de Varejo – Fundos que decidirem participar indiretamente da Oferta de Varejo não poderão estipular um preço máximo por Ação como condição de sua aplicação nos FMP-FGTS;**
- (v) a XP, o BTG Pactual e as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, realizados por Investidores de Varejo- Pessoas Físicas ou FMPs-FGTS, conforme o caso, que sejam titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores de Varejo interessados na realização de Pedidos de Reserva e/ou Termos de Adesão ao FMP-FGTS, conforme o caso, que **(a)** leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva e/ou nos Termos de Adesão ao FMP-FGTS, conforme o caso, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes do Prospecto Preliminar e dos regulamentos de cada FMP-FGTS em que desejem realizar seu investimento; **(b)** verifiquem com a Instituição Consorciada ou Administradora de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva e/ou Termo de Adesão ao FMP-FGTS, conforme o caso, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva e/ou Termo de Adesão ao FMP-FGTS, conforme o caso; **(c)** entrem em contato com a Instituição Consorciada ou Administradora de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada e pela Administradora para a realização do Pedido de Reserva e/ou Termo de Adesão ao FMP-FGTS, conforme o caso, ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada ou na Administradora, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada ou Administradora; e **(d)** leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados nos regulamentos-modelo dos respectivos FMPs-FGTS, conforme aplicável, cujas minutas padrão estão anexas ao Prospecto Preliminar e versões definitivas serão disponibilizadas pela Administradora, e analisem cuidadosamente os custos, encargos e demais despesas, taxas de administração/gestão/performance e tributação aplicável, dentre outras informações consideradas úteis, para entendimento do funcionamento e dos riscos associados aos FMPs-FGTS, conforme o caso;

- (vi) os Investidores de Varejo deverão realizar seus Pedidos de Reserva e/ou Termos de Adesão ao FMP-FGTS, conforme o caso e aplicável, no Período de Reserva ou no respectivo Período de Adesão, sendo que os Investidores de Varejo – Pessoas Físicas que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela Instituição Consorciada, observados:
 - a. no caso de investimento direto, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Varejo; e
 - b. no caso de investimento indireto, o Valor Mínimo de Adesão e, para os Investidores de Varejo – Fundos que desejarem investir em FMP-ELET, o Valor Máximo de Adesão;
- (vii) os Investidores de Varejo – Pessoas Físicas que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva. Os Investidores de Varejo – Pessoas Físicas que sejam considerados Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados no caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar). **É vedada a adesão aos FMP-FGTS por Investidores de Varejo – Fundos que sejam Pessoas Vinculadas;**
- (viii) caso, após a Alocação Mínima de Varejo, haja Ações objeto da Oferta de Varejo excedentes à alocação, será realizado rateio proporcional ao valor dos Pedidos de Reserva dos Investidores de Varejo – Pessoas Físicas que excederem sua respectiva Alocação Mínima do Varejo, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações (“Rateio Varejo Pessoa Física”). Caso haja Rateio Varejo Pessoa Física, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes sobre os valores pagos, inclusive em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;
- (ix) caso os FMPs-FGTS excedam a Alocação dos FMPs, será realizado rateio proporcional entre os respectivos FMPs-FGTS ao valor dos Pedidos de Reserva de FMP-FGTS (“Rateio Varejo FMPs-FGTS”), desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Varejo FMPs-FGTS, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes sobre os valores pagos, inclusive em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;
- (x) até às 16h00 do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, serão informados (a) a cada Investidor de Varejo – Pessoa Física pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva ou (b) a cada FMP-FGTS que tenha realizado Pedido de Reserva de FMP-FGTS pela XP ou BTG Pactual, conforme o caso, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência de rateio), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento (calculado mediante divisão do valor do investimento

pretendido indicado no Pedido de Reserva ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS pelo Preço por Ação), sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso. A XP ou o BTG Pactual não prestarão tais informações diretamente a Investidores de Varejo – Fundos que tenham firmado Termos de Adesão ao FMP-FGTS. Caso a relação entre o valor do respectivo investimento e o Preço por Ação resulte em fração de Ação, a quantidade a ser subscrita/adquirida será limitada ao maior valor inteiro apurado, desconsiderando-se eventuais frações de Ações;

- (xi) até às 10h00 da Data de Liquidação, cada Investidor de Varejo – Pessoa Física e FMP-FGTS que tenha realizado Pedido de Reserva ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado no item (x) acima (a) à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva ou (b) à XP ou BTG Pactual, com relação a Pedidos de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva ou os Coordenadores da Oferta Brasileira, no caso do Pedido de Reserva FMP-FGTS, deverão garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor de Varejo – Pessoa Física ou FMP-FGTS, conforme aplicável;
- (xii) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva ou a XP ou o BTG Pactual, no caso do Pedido de Reserva de FMP-FGTS, entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor de Varejo – Pessoa Física que tenha realizado Pedido de Reserva ou ao respectivo FMP-FGTS que tenha realizado Pedido de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, conforme informado ao Investidor de Varejo – Pessoa Física ou FMP-FGTS, de acordo com o item (xi) acima, desde que tenha efetuado o pagamento previsto no item (xii) acima;
- (xiii) na Data de Liquidação, a Administradora que tenha constituído o respectivo FMP-FGTS e que, conseqüentemente, tenha recebido o respectivo Termo de Adesão ao FMP-FGTS entregará as cotas de tal FMP-FGTS alocadas ao respectivo Investidor de Varejo – Fundos que tenha realizado Termo de Adesão ao FMP-FGTS de acordo com os procedimentos previstos nos regulamentos-modelo anexos ao Prospecto Preliminar, conforme aplicável, desde que tenha efetuado o pagamento nos termos previstos nos regulamentos-modelo anexo ao Prospecto Preliminar, conforme aplicável;
- (xiv) caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores de Varejo ou FMPs-FGTS ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (iii) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor de Varejo ou FMP-FGTS poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva, Termo de Adesão ao FMP-FGTS e/ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão (a) à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva; (b) à Administradora que tenha recebido o respectivo Termo de Adesão ao FMP-FGTS; ou (c) à XP ou BTG Pactual, com relação ao Pedido de Reserva de FMP-FGTS (em todos os casos, por meio de mensagem eletrônica ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada, Administradora, XP ou BTG Pactual, conforme o caso). Em tais casos, o Investidor de Varejo ou FMP-FGTS poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva, Termo de Adesão ao FMP-FGTS e/ou Pedido de Reserva de

FMP-FGTS, conforme o caso e nos termos acima descritos até às 12h00 do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, ou for comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta. Caso o Investidor de Varejo ou FMP-FGTS não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, Termo de Adesão ao FMP-FGTS e/ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, nos termos deste item, o Pedido de Reserva, o Termo de Adesão ao FMP-FGTS e/ou o Pedido de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, será considerado válido e o Investidor de Varejo ou FMP-FGTS deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor de Varejo ou FMP-FGTS já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (xii) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva, do Termo de Adesão ao FMP-FGTS e/ou do Pedido de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, nos termos deste item, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes sobre os valores pagos, inclusive em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo de três dias úteis contados do pedido de desistência do respectivo Pedido de Reserva, Termo de Adesão ao FMP-FGTS e/ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso; e

- (xv) caso não haja conclusão da Oferta, caso ocorra resilição do Contrato de Colocação ou em caso de cancelamento ou revogação da Oferta ou ainda em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva, Termos de Adesão ao FMP-FGTS e/ou Pedidos de Reserva de FMP-FGTS em função de expressa disposição legal ou regulamentar, todos os Pedidos de Reserva, Termos de Adesão ao FMP-FGTS e e/ou Pedidos de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, serão automaticamente cancelados e a Instituição Consorciada, Administradora, XP ou BTG Pactual, conforme o caso, que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, Termo de Adesão ao FMP-FGTS e/ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, comunicará ao respectivo Investidor de Varejo e FMP-FGTS o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Investidor de Varejo ou FMP-FGTS já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (xii) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes sobre os valores pagos, inclusive em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo de três dias úteis contados da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima citados.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e dos artigos 1º e 2º, da Resolução CVM 27, o Pedido de Reserva, Termo de Adesão ao FMP-FGTS e/ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS serão os documentos por meio dos quais os Investidores de Varejo aceitarão participar da Oferta de Varejo, bem como subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a eles alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações pelos Investidores de Varejo será formalizada por meio do Pedido de Reserva, Termo de Adesão ao FMP-FGTS e/ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda, conforme o caso.

6.4. Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, com esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, exceto na hipótese de PJs Participantes, conforme procedimento indicado abaixo.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, dos Pedidos de Reserva e dos Pedidos de Reserva de FMP-FGTS, nos termos dos itens 6.1 a 6.3 desta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas), as Ações remanescentes, inclusive as que não forem colocadas no âmbito da Oferta de Varejo, serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta Brasileira, com esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, apenas sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas nos casos de PJs Participantes, sendo que estão sujeitas a valor mínimo de investimento indicado no item 6.3(a) acima, e tendo assumido cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos para participar da Oferta Institucional.

As PJs Participantes devem observar o procedimento previsto no item 6.3, incisos (i) a (xv) acima, pois, para fins de procedimento, seguirão o quanto aplicável aos investimentos diretos feitos por Investidores de Varejo. **Tais investidores não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação. Além disso, tais investidores não terão Alocação Mínima do Varejo garantida.**

Os demais Investidores Institucionais interessados em participar da Oferta Institucional deverão assumir a obrigação de verificar se estão cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento, em valor financeiro, durante o Procedimento de *Bookbuilding*, de acordo com as seguintes condições:

- (i) caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda a quantidade total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, Pedidos de Reserva e Pedidos de Reserva de FMP-FGTS, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Coordenadores da Oferta Internacional, levando em consideração o disposto no Plano de Distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Nível 1, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional;
- (ii) até às 16h00 do primeiro dia útil imediatamente subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Investidores Institucionais serão informados, por meio de seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sobre a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocada e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser realizada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação; e
- (iii) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de cancelamento ou revogação da Oferta, todas as intenções de investimento serão canceladas e o Coordenador ou Coordenador da Oferta Internacional que tenha recebido a respectiva intenção de investimento comunicará ao respectivo

Investidor Institucional o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (ii) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes sobre os valores pagos, inclusive em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, a subscrição/aquisição das Ações por Investidores Institucionais será formalizada, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição, de contrato de compra e venda e/ou de termo de aceitação da Oferta, nos termos do artigo 2º, parágrafo primeiro, da Resolução CVM 27. Não obstante, no caso de Investidores Institucionais que não estejam contemplados pela dispensa da apresentação de documento de aceitação da Oferta, nos termos da Resolução CVM 27, o termo de aceitação poderá ser, a critério dos Coordenadores da Oferta Brasileira, o documento de aceitação por meio do qual o Investidor Institucional aceitará participar da Oferta, subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações será formalizada por meio do sistema de registro da B3 e, a critério dos Coordenadores da Oferta Brasileira, por meio do referido termo de aceitação, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda, conforme o caso.

As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas no Brasil junto aos Coordenadores, em moeda corrente nacional, em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, CVM e Banco Central do Brasil, e demais disposições legais aplicáveis.

As Pessoas Vinculadas a quaisquer dos Coordenadores ou Instituições Consorciadas poderão realizar seus respectivos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, Pedidos de Reserva ou ordens ou intenções de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estiverem vinculadas.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) das Ações da Oferta Pública Global inicialmente ofertadas (sem considerar o exercício das Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações da Oferta Pública Global junto a investidores que sejam Pessoas Vinculadas, inclusive Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo que as ordens ou intenções de investimento realizadas serão automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações da Oferta Pública Global por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia,

incluindo sob a forma de ADSs, no mercado secundário. Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta Pública Global e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding, poderá impactar adversamente a fixação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações da Oferta Pública Global por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia, incluindo sob a forma de ADSs, no mercado secundário", do Prospecto Preliminar.

7. PRAZOS DA OFERTA

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de disponibilização do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em 10 de junho de 2022, nos termos do artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de disponibilização do "Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras" ("Anúncio de Encerramento"), limitado ao prazo máximo de seis meses, contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em 10 de dezembro de 2022, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400 ("Prazo de Distribuição").

As Instituições Participantes da Oferta Brasileira terão o prazo de até dois dias úteis, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações da Oferta Brasileira ("Período de Colocação"). A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação ("Data de Liquidação"), exceto com relação à distribuição das Ações do Lote Suplementar, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o segundo dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.

A liquidação da Oferta Brasileira é condicionada à liquidação da Oferta Internacional, e vice-versa.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a disponibilização do Anúncio de Início em conformidade com o artigo 52 da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a disponibilização do Anúncio de Encerramento, com data máxima para ocorrer em 10 de dezembro de 2022, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

8. CONDIÇÕES DA OFERTA PÚBLICA GLOBAL

Observado o disposto no artigo 22 da Instrução CVM 400 (em conjunto, "Condições da Oferta Pública Global"):

- (i) a Oferta Pública Global será cancelada caso o Preço por Ação seja inferior ao preço mínimo, nos termos do artigo 12, parágrafo 5º, da Resolução CPPI ("Condição Preço Mínimo");
- (ii) considerando o que foi deliberado AGE da Desestatização e o que consta na respectiva proposta da administração, como condição à distribuição das Ações a serem inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Primária e, conseqüentemente, à Oferta Pública Global, a Companhia deverá obter com a distribuição das Ações a serem inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Primária recursos líquidos que sejam no mínimo correspondentes a R\$22.057.564.316,99 ("Recursos Líquidos Mínimos"), valor esse

- (a) que corresponde a uma variação de 5% para baixo do valor mais baixo originalmente estipulado na Resolução CPPI nº 203, de 19 de outubro de 2021 (R\$23.218.488.754,73) para a outorga dos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica previstos no artigo 2º da Lei 14.182 ("Novos Contratos de Concessão"); e (b) que, à luz do artigo 4º da Resolução CPPI, corresponde ao valor mínimo de destinação ao pagamento da bonificação de outorga dos Novos Contratos de Concessão. Caso a Companhia não obtenha com a distribuição das Ações a serem inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Primária recursos líquidos que sejam no mínimo correspondentes aos Recursos Líquidos Mínimos, a Oferta Pública Global será cancelada ("Condição Recursos Mínimos"); e
- (iii) considerando a necessidade de obtenção de aprovação prévia dos titulares de debêntures da 1ª Emissão de Debêntures de Furnas (conforme definido no Prospecto Preliminar) em razão do aporte de capital a ser realizado em decorrência do Aumento de Capital de MESA (conforme definido no Prospecto Preliminar) ser superior ao valor limite para essas situações definido na Escritura de Emissão (conforme definido no Prospecto Preliminar), em todos os casos para evitar o inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado (*cross default* ou *cross acceleration*) da maioria do endividamento de Furnas, e, conseqüentemente, o inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado (*cross default* ou *cross acceleration*) da maioria do endividamento da Companhia ("Aprovação Prévia"), deverá ser obtida a Aprovação Prévia até 6 de junho de 2022 (inclusive). Caso a Aprovação Prévia não seja obtida até 6 de junho de 2022 (inclusive), a Oferta Pública Global será cancelada ("Condição Aprovação Prévia"). Para informações adicionais sobre a Aprovação Prévia, veja item 4.7 do Formulário de Referência da Companhia, incorporado por referência ao Prospecto Preliminar.

8.1. Verificação das Condições da Oferta Pública Global

Na data em que cada Condição da Oferta Pública Global for verificada, a Companhia informará o mercado sobre a respectiva ocorrência por meio da divulgação de fato relevante.

Caso (i) a Condição Aprovação Prévia não seja verificada até o dia 6 de junho de 2022 (inclusive); (ii) a Condição Preço Mínimo não seja verificada na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*; ou (iii) a Condição Recursos Mínimos não seja verificada na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a Companhia divulgará fato relevante na data em que a Condição da Oferta Pública Global não for verificada, informando sobre o cancelamento da Oferta Pública Global.

Ainda, caso a Oferta seja cancelada, em razão da não verificação qualquer uma das Condições da Oferta Pública Global, todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, Pedidos de Reserva, Termos de Adesão ao FMP-FGTS (e, conseqüentemente, Pedido de Reserva de FMP-FGTS) e intenções de investimentos serão automaticamente cancelados, sendo que os valores, eventualmente depositados, serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes sobre os valores pagos, inclusive em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta Pública Global e às Ações – "A Oferta Pública Global será cancelada caso qualquer uma das Condições da Oferta Pública Global não seja verificada"*", do Prospecto Preliminar.

9. SUSPENSÃO, MODIFICAÇÃO, REVOGAÇÃO OU CANCELAMENTO DA OFERTA

A Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta Brasileira podem requerer autorização à CVM para a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias relativas à Oferta existentes na data do pedido de registro da distribuição, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelos Coordenadores. Adicionalmente, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta Brasileira poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º, do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento da distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 (noventa) dias.

Caso: **(i)** seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Acionistas, Empregados e Aposentados, Investidores de Varejo, Investidor Institucional pessoa física e PJs Participantes, ou as suas decisões de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; **(ii)** a Oferta seja suspensão, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou **(iii)** a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, poderão os Acionistas, Empregados, Aposentados, Investidores de Varejo, Investidores Institucionais pessoa física e PJs Participantes desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, Pedidos de Reserva, Termo de Adesão ao FMP-FGTS e/ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descritos.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de anúncio disponibilizado nas páginas da Companhia, do Acionista Vendedor, das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes do item 21 desta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas), mesmos meios utilizados para disponibilização do Aviso ao Mercado, desta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas) e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 (“Anúncio de Retificação”).

Na hipótese de suspensão, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, as Instituições Participantes da Oferta Brasileira deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Acionista, Empregado, Aposentado, Investidor de Varejo, Investidor Institucional pessoa física e PJs Participantes está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso tal investidor já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao investidor que tenha efetuado Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, Pedido de Reserva, Termo de Adesão ao FMP-FGTS e/ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, tais investidores poderão desistir em comunicação por escrito de seus respectivos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, Pedidos de Reserva, Termo de Adesão ao FMP-FGTS e/ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, nos termos

acima descritos, até as 12h00 do quinto dia útil subsequente à data de recebimento, pelo investidor, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta.

Caso o Acionista, Empregado, Aposentado, Investidor de Varejo, Investidor Institucional pessoa física e PJs Participantes não informe, por escrito, sua decisão de desistência do seu respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, Pedido de Reserva, Termo de Adesão ao FMP-FGTS e/ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, Pedido de Reserva, Termo de Adesão ao FMP-FGTS e/ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, será considerado válido e o investidor deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento nos termos dos itens 6.1 a 6.4 desta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas).

Caso o investidor já tenha efetuado o pagamento nos termos dos itens 6.1 a 6.4 desta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas) e decida desistir do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, Pedido de Reserva, Termo de Adesão ao FMP-FGTS e/ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes sobre os valores pagos, inclusive em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, Pedido de Reserva, Termo de Adesão ao FMP-FGTS e/ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS.

Na hipótese de: **(i)** não haver a conclusão da Oferta; **(ii)** rescisão do Contrato de Colocação e/ou do *Placement Facilitation Agreement*; **(iii)** cancelamento da Oferta; **(iv)** revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, **(v)** em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, Pedidos de Reserva, Termo de Adesão ao FMP-FGTS e/ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, Pedidos de Reserva, Termo de Adesão ao FMP-FGTS e/ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, celebrados pelos investidores serão automaticamente cancelados, e cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, Pedido de Reserva, Termo de Adesão ao FMP-FGTS e/ou Pedido de Reserva de FMP-FGTS, conforme o caso, comunicará ao respectivo investidor sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado.

Caso o investidor já tenha efetuado o pagamento nos termos dos itens 6.1 a 6.3 desta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas), os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de

eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes sobre os valores pagos, inclusive em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados do recebimento pelo investidor da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima referidos.

10. INFORMAÇÕES SOBRE GARANTIA FIRME DE LIQUIDAÇÃO

A garantia firme de liquidação da Oferta Brasileira consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta Brasileira, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar pelo Preço por Ação, financeiramente as Ações da Oferta Brasileira (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta Brasileira, nos termos do Contrato de Colocação ("Garantia Firme de Liquidação"). A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, concedidos os registros da Oferta pela CVM e pela SEC, assinado o Contrato de Colocação e o *Placement Facilitation Agreement* e cumpridas as condições suspensivas neles previstas, e disponibilizado o Anúncio de Início e o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações da Oferta Brasileira (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta Brasileira, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta Brasileira, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações da Oferta Brasileira (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, nos termos do Contrato de Colocação e multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações da Oferta Brasileira (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas, no Brasil, por investidores e por essas liquidadas no Brasil, multiplicado pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta Brasileira, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em revender tais Ações da Oferta Brasileira antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização previstas no item 12 desta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas) não estarão sujeitas a tais limites.

11. PREÇO POR AÇÃO

O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação ("Preço por Ação") será fixado após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, Pedidos de Reserva, Termos de Adesão ao FMP-FGTS e Pedidos de Reserva de

FMP-FGTS, conforme o caso; e (ii) a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento, a ser conduzido no Brasil conjuntamente pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, em conformidade com os artigos 23, § 1º, e 44 da Instrução CVM 400, e no exterior pelos Coordenadores da Oferta Internacional ("*Procedimento de Bookbuilding*"), tendo como parâmetro (a) a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, (b) a cotação dos ADS na New York Stock Exchange ("*NYSE*") e (c) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas perante Investidores Institucionais por meio do Procedimento de *Bookbuilding*.

Não obstante o mencionado acima, em razão do disposto no artigo 12, §5º da Resolução CPPI, caso o Preço por Ação ao final do Procedimento de *Bookbuilding* seja inferior ao preço mínimo da ação, conforme reunião do CPPI a ser realizada até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, para deliberar sobre a aprovação do preço mínimo, a Oferta será cancelada. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta Pública Global e às Ações – "A Oferta Pública Global será cancelada caso uma das Condições da Oferta Pública Global não seja verificada"*", do Prospecto Preliminar.

A cotação de fechamento das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3 e dos ADS na NYSE, em 26 de maio de 2022, foi de, respectivamente, R\$44,00 por ação ordinária e US\$9,23 por ADS representativo de ações ordinárias da Companhia. No âmbito da Oferta Internacional, o Preço por Ação sob a forma de ADS será equivalente ao Preço por Ação convertido para dólares dos Estados Unidos da América (US\$), com base na taxa de câmbio de venda dessa moeda (PTAX) divulgada pelo Banco Central do Brasil e que pode ser obtida na página da internet <http://www.bcb.gov.br/txcambio>, considerando quatro casas decimais, conforme apurada na data de celebração do Contrato de Colocação.

Os investidores que aderirem exclusivamente a uma ou mais dentre as modalidades de oferta dentre a Oferta Prioritária aos Acionistas, a Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados e a Oferta de Varejo, bem como as PJs Participantes não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, nem, portanto, do processo de determinação do Preço por Ação.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta Pública Global e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

12. ESTABILIZAÇÃO DE PREÇO DAS AÇÕES

O Agente Estabilizador, por intermédio da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("*Corretora*"), poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, dentro de até 30 dias contados, inclusive, da data de disponibilização do Anúncio de Início, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no "*Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras*" ("*Contrato de Estabilização*"), o qual será previamente submetido à

análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Adicionalmente, nos termos do Artigo 4º da Resolução CPPI 225, o Acionista Vendedor e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, realizarão, empréstimo, a título gratuito, do remanescente de sua participação no capital ordinário total da Companhia, na quantidade necessária para a estabilização dos preços das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços indicados no item 21 desta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas).

No âmbito da Oferta Internacional, a Companhia não contratará agente estabilizador e, conseqüentemente, não serão realizadas operações bursáteis visando à estabilização do preço dos ADSs.

13. FORMADOR DE MERCADO

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta Brasileira recomendaram à Companhia e ao Acionista Vendedor a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, no entanto, não houve contratação de formador de mercado.

14. VIOLAÇÕES DE NORMAS DE CONDUTA

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta Pública Global, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta Brasileira, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação das Ações da Oferta Pública Global, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta Brasileira e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis: **(i)** deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta Brasileira, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, Pedidos de Reserva, Termos de Adesão a FMP-FGTS (e, conseqüentemente, Pedido de Reserva de FMP-FGTS), que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela

Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações da Oferta Brasileira, no prazo máximo de até três dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes sobre os valores pagos, inclusive em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada; **(ii)** arcará integralmente com quaisquer custos, perdas, incluindo lucros cessantes, danos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta Brasileira, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; **(iii)** indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta Brasileira, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e **(iv)** poderá ter suspenso, por um período de seis meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta Brasileira. Os Coordenadores da Oferta Brasileira não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem seus Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, Pedidos de Reserva, Termos de Adesão ao FMP-FGTS e Pedidos de Reserva de FMP-FGTS, cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

15. DIREITOS, VANTAGENS E RESTRIÇÕES DAS AÇÕES

As Ações da Oferta Pública Global (considerando as Ações do Lote Suplementar) conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Nível 1, a partir da data de fixação do Preço por Ação, dentre os quais se destacam os seguintes: (i) direito de voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas da Companhia, sendo que cada Ação corresponderá a um voto; (ii) direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) fiscalização da gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de preferência na subscrição de novas ações de emissão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; e (v) no caso de liquidação da Companhia, direito de participar no acervo líquido da Companhia, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, na proporção da sua participação no capital social.

A partir da desestatização da Companhia, de acordo com a Lei 14.182, da Resolução CPPI e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de fevereiro de 2022, as Ações da Oferta Pública Global (considerando as Ações do Lote Suplementar) e as demais ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a conferir aos seus titulares os seguintes direitos, vantagens e restrições, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Nível 1, dentre os quais se destacam os seguintes: (i) direito de voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas da Companhia, sendo que cada Ação corresponderá a um voto; (ii) direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) fiscalização da gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das

Sociedades por Ações; (iv) direito de preferência na subscrição de novas ações de emissão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exceto no caso de emissão de valores mobiliários dentro do limite do capital autorizado na qual a colocação de tais valores mobiliários seja feita mediante venda em bolsa de valores por subscrição pública; (v) no caso de liquidação da Companhia, direito de participar no acervo líquido da Companhia, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, na proporção da sua participação no capital social; (vi) vedação, a qualquer acionista ou grupo de acionistas, brasileiro ou estrangeiro, público ou privado, ao exercício do direito de voto em número superior ao equivalente ao percentual de 10% (dez por cento) da quantidade total de ações em que se dividir o capital votante da Companhia, independentemente de sua participação no capital social; e (vii) vedação à realização de acordos de acionistas para o exercício de direito de voto, exceto para a formação de blocos com número de votos inferior ao limite previsto no item (vi).

Após a conclusão do processo de desestatização da Companhia, o acionista ou grupo de acionistas que, direta ou indiretamente, vier a se tornar titular de ações ordinárias que, em conjunto, ultrapassem 30% (trinta por cento) do capital votante da Companhia e que não retorne a patamar inferior a tal percentual em até 120 (cento e vinte) dias deverá realizar uma oferta pública para a aquisição da totalidade das demais ações ordinárias, por valor, no mínimo, 100% (cem por cento) superior à maior cotação das respectivas ações nos últimos 504 (quinhentos e quatro) pregões, atualizada pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC (“Taxa SELIC”). Essa obrigação não se aplicará à participação efetiva, direta ou indireta, da União Federal no capital votante da Companhia na data da entrada em vigor do dispositivo, mas será aplicável caso futuramente, após redução, a sua participação venha a aumentar e ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) do capital votante da Companhia.

Por fim, após a conclusão do processo de desestatização da Companhia, o acionista ou grupo de acionistas que, direta ou indiretamente, vier a se tornar titular de ações ordinárias que, em conjunto, ultrapassem 50% (cinquenta por cento) do capital votante da Companhia e que não retorne a patamar inferior a tal percentual em até 120 (cento e vinte) dias deverá realizar uma oferta pública para a aquisição da totalidade das demais ações ordinárias, por valor, no mínimo, 200% (duzentos por cento) superior à maior cotação das respectivas ações nos últimos 504 (quinhentos e quatro) pregões, atualizada pela Taxa SELIC. Essa obrigação não se aplicará à participação efetiva, direta ou indireta, da União Federal no capital votante da Companhia na data da entrada em vigor do dispositivo, mas será aplicável caso futuramente, após tal oferta, a sua participação venha a aumentar e ultrapassar o percentual de 50% (cinquenta por cento) do capital votante da Companhia.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção “18. Valores Mobiliários” do Formulário de Referência. Adicionalmente, para informações adicionais sobre a titularidade da União Federal de ação preferencial de classe especial após a conclusão da desestatização, veja a seção “Informações sobre a Oferta – Desestatização da Companhia”, do Prospecto Preliminar.

16. NEGOCIAÇÃO DAS AÇÕES E DOS ADS

As ações ordinárias da Companhia estão listadas na B3 sob o código “ELET3”. As ações ordinárias da Companhia têm código ISIN “BRELETACNOR6”. As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas na NYSE sob a forma de ADS, sob o código “EBR”. As ações ordinárias de emissão da companhia são negociadas na Bolsa de Valores de Madrid, Espanha, por meio do mercado internacional de valores latino-americanos – LATIBEX sob o código “XELTO”.

Dada a natureza de fundo aberto dos FMP-FGTS, suas cotas não podem ser negociadas.

17. ACORDOS DE RESTRIÇÃO À VENDA DE AÇÕES (LOCK-UP)

Em linha com o disposto no artigo 13, §2º, da Resolução CPPI, a Companhia, os seus administradores, o Acionista Vendedor e os acionistas que nesta data detêm participação societária igual ou superior a 5% na Companhia, se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional, a celebrar acordos de restrição à venda de Ações ("Instrumentos de Lock-up"), por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação e no *Placement Facilitation Agreement*, concordarão em não emitir, oferecer, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início ("Período de Lock-up"), quaisquer Ações de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber Ações, ou que admitam pagamento mediante entrega de Ações, bem como derivativos nelas lastreados.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das Ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta Pública Global e às Ações – A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das Ações, após a conclusão da Oferta e do Período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das Ações no mercado secundário, incluindo sob a forma de ADSs, e a percepção dos investidores sobre a Companhia", do Prospecto Preliminar.**

18. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RESPONSÁVEL PELA ESCRITURAÇÃO DAS AÇÕES E INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA DOS ADS

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração, custódia e transferência das Ações é o Banco Bradesco S.A. O Banco Bradesco S.A. é a instituição responsável pela custódia das ações ordinárias de emissão da Companhia para fins do programa de ADR da Companhia. A instituição financeira depositária para fins do programa de ADR da Companhia é o Citibank, N.A.

19. CRONOGRAMA ESTIMADO DA OFERTA BRASILEIRA

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta Brasileira, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

#	Eventos	Data ⁽¹⁾
1.	Data de Corte Empregados Data de Corte Aposentados	30 de abril de 2022
2.	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar Protocolo do pedido de registro da Oferta Brasileira na CVM Primeira Data de Corte Início das apresentações para potenciais investidores (<i>roadshow</i>) Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	27 de maio de 2022
3.	Disponibilização deste Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva da Oferta Prioritária Início do Período de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados Início do Período de Reserva Início do Período de Adesão	03 de junho de 2022
4.	Encerramento do Período de Adesão FMP-ELET Migração Segunda Data de Corte	06 de junho de 2022
5.	Encerramento do Período de Reserva da Oferta Prioritária	07 de junho de 2022
6.	Encerramento do Período de Adesão FMP-ELET e data dos Pedidos de Reserva de FMP-FGTS Encerramento do Período de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados Encerramento do Período de Reserva Encerramento das apresentações para potenciais investidores (<i>roadshow</i>)	08 de junho de 2022
7.	Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Fixação do Preço por Ação Assinatura do Contrato de Colocação, do <i>Placement Facilitation Agreement</i> e dos demais contratos relacionados à Oferta	09 de junho de 2022
8.	Concessão do registro automático da Oferta pela CVM Disponibilização do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo Início de negociação das ADRs na NYSE Início do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	10 de junho de 2022
9.	Início de negociação das Ações na B3	13 de junho de 2022
10.	Data de Liquidação	14 de junho de 2022
11.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.	11 de julho de 2022
12.	Data limite para a liquidação de Ações do Lote Suplementar.	13 de julho de 2022
13.	Data limite para o Anúncio de Encerramento	10 de dezembro de 2022

⁽¹⁾ Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente disponibilizado sem a indicação das Instituições Consorciadas e está sendo novamente disponibilizado nesta data com os logotipos das Instituições Consorciadas, data do início do Período de Reserva da Oferta Prioritária, do Período de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, do Período de Reserva e do Período de Adesão, com objetivo de apresentar uma relação completa das Instituições Consorciadas participantes da Oferta Brasileira. A partir de tal disponibilização, poderão ser obtidas informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas na página da rede mundial de computadores da B3. Será admitido o recebimento de reservas para subscrição/aquisição das Ações a partir desta data, ou seja, a partir da data da nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas), as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente por meio do pagamento do valor informado pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, Pedido de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, Pedido de Reserva e Pedido de Reserva de FMP-FGTS e serão formalizadas, nos termos do parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda, conforme o caso, após o início do Prazo de Distribuição, nos termos da Resolução CVM 27.

Na hipótese de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de disponibilização de fato relevante da Companhia ou Anúncio de Retificação nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, do Acionista Vendedor, das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, da B3 e da CVM.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, consulte as seções "*Informações Sobre a Oferta – Procedimento da Oferta*", "*Informações Sobre a Oferta – Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta*" e "*Informações Sobre a Oferta – Inadequação da Oferta*" do Prospecto Preliminar.

Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações liquidadas pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Colocação, ver o item 10 desta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas) e a seção "*Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação*", do Prospecto Preliminar.

A Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que o Prospecto Preliminar for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação.

20. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

De acordo com o seu Estatuto Social, a Companhia tem como objeto social (i) realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades, tais como a comercialização de energia elétrica; (ii) cooperar com o Ministério, ao qual se vincule, na formulação da política energética do país; (iii) promover e apoiar pesquisas de seu interesse empresarial no setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como estudos de aproveitamento de reservatórios para fins

múltiplos; e (iv) participar, na forma definida pela legislação, de programas de estímulo a fontes alternativas de geração de energia, uso racional de energia e implantação de redes inteligentes de energia.

Para mais informações sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e sua situação econômico-financeira, estrutura societária e de governança, leia o Prospecto Preliminar e o Formulário de Referência da Companhia, que estão disponíveis nos locais indicados no item 21 abaixo.

21. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Os investidores que desejarem obter exemplar do Prospecto Preliminar ou informações adicionais sobre a Oferta deverão se dirigir, a partir da data de disponibilização do Aviso ao Mercado, e desta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas), aos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Coordenadores e/ou das demais Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3, conforme abaixo indicados:

COMPANHIA

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS

Rua da Quitanda 196, 23º andar

CEP 20091-005 Rio de Janeiro, RJ

At: Sra. Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta

Tel.: +55 (21) 2514-6437

<https://ri.eletrobras.com/oferta-publica/> (neste website, selecionar o ano de "2022" e a seguir clicar em "Prospecto da Oferta Pública" e em seguida clicar em "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Centrais Elétricas Brasileiras S.A").

ACIONISTA VENDEDOR

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua República do Chile 100, parte

CEP 20031-917 Rio de Janeiro, RJ

At. Sr. Pablo Valente de Souza

Tel: +55 (21) 3747-6642

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/mercado-de-capitais> (neste website, acessar o link "Comunicados, avisos e prospectos de ofertas públicas" em tal página, no item "Prospectos de ofertas públicas de títulos" acessar "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Centrais Elétricas Brasileiras S.A").

COORDENADORES

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 14º andar

CEP 04538-133, São Paulo – SP

At.: Sr. Fabio Nazari

Tel.: +55 (11) 3383-2000

<https://www.btgpactual.com/investment-bank> (neste *website* acessar "Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2022" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras", clicar no título do documento "Prospecto Preliminar").

BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 12º andar
CEP 04538-132, São Paulo – SP

At.: Sr. Bruno Saraiva

Tel.: +55 (11) 2188-4000

<http://www.bofabrasil.com.br> (neste website, no item “Prospectos”, clicar no item “Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras” e então no subitem “Prospecto Preliminar”).

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr, 700, 16º andar
CEP 04542-000, São Paulo - SP

At.: Sr. Fabio Federici

Tel.: +55 (11) 3371-0700

<http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/areas-de-negocios/investment-banking.html> (neste website, clicar em “Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras” e, em seguida, clicar em “De Acordo” e, em seguida, clicar em “Prospecto Preliminar”).

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo – SP

At.: Sra. Renata Dominguez

Tel.: +55 (11) 3708-8000

<http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste website acessar em “Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras”, clicar em “2022”. Em seguida, clicar no link específico do Prospecto Preliminar).

XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida Chedid Jafet, nº 75, Torre Sul, 30º andar
CEP 04551-065, São Paulo – SP

At.: Sr. Vitor Saraiva

Tel.: +55 (11) 4871-4277

www.xpi.com.br (neste website, clicar em “Investimentos”, depois clicar em “Oferta Pública”, em seguida clicar em “Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras” e, então, clicar em “Prospecto Preliminar”).

BANCO BRADESCO BBI S.A.

Avenida Juscelino Kubitschek, 1.309, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo - SP

At.: Sra. Cláudia Mesquita

Tel.: +55 (11) 3847-5488

http://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/ (neste website, acessar “ofertas públicas” e posteriormente na pasta “Follow-on Eletrobras” e, por fim, clicar em “Prospecto Preliminar”).

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Avenida Paulista, 750, 13º andar

CEP 01310-100, São Paulo, SP

At.: Sr. Marco Antonio Zoli Buzzo

Tel.: +55 (11) 3176-2131

<http://www.caixa.gov.br/ofertaspublicasemandamento> (neste website, clicar em "Oferta Pública de Ações Ordinárias da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras" e, então, clicar em "Prospecto Preliminar").

CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida Paulista, nº 1.111, 16º andar

CEP 01311-920, São Paulo – SP

At.: Sr. Marcelo Millen

Tel.: +55 (11) 4009-2073

<https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html> (neste website, clicar em "Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras" e, a seguir, clicar em "2022", na sequência, clicar em "Oferta Pública Subsequente de Ações (Follow-On)" e, por fim, clicar no link do "Prospecto Preliminar").

BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 700, 10º andar (parte) e 12º a 14º andares (parte)

CEP 04542-000, São Paulo – SP

At.: Sr. Eduardo de la Peña

Tel.: +55 (11) 3701-6000

www.credit-suisse.com/br (neste website, clicar em "*Investment Banking*", depois clicar em "Oferta", e, então, clicar em "Prospecto Preliminar" ao lado de "Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras – Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras").

BANCO J.P. MORGAN S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 6º (parte), 10º (parte), 11º, 12º (parte), 13º (parte), 14º e 15º andares

CEP 04538-905, São Paulo – SP

At.: Sr. Marcelo Porto

Tel.: +55 (11) 4950-3700

<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures/prospectos/eletrobras> (neste website clicar em "Prospecto Preliminar").

BANCO MORGAN STANLEY S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 6º e 8º andares

CEP 04538-132, São Paulo – SP

At.: Sr. Eduardo Mendez

Tel.: +55 (11) 3048-6000

<https://www.morganstanley.com.br/sobre-nos/informacoes-regulatorias/banco-morgan-stanley> (neste website, no item "Ofertas Públicas", no subitem "Prospectos Locais" acessar o link do Prospecto Preliminar referente à "Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras")."

BANCO SAFRA S.A.

Avenida Paulista, nº 2.100, 17º andar

CEP 01310-930, São Paulo – SP

At.: Sr. João Paulo Feneberg Torres

Tel.: +55 (11) 3175-4184

<https://www.safra.com.br/sobre/banco-de-investimento/ofertas-publicas.htm> (Neste website clicar em "Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras", e clicar no respectivo documento de interesse).

O Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e websites: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, CEP 20159-900, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>, neste website acessar "Central de Sistemas da CVM" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na opção "R\$0,00" na linha "Ações" da coluna "Primária", em seguida na opção "R\$0,00" na coluna "Oferta Subsequente" e, em seguida, no número de processos constante da linha "Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras", link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da oferta); e (ii) **B3** (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ (neste website acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras", link no qual serão disponibilizados os Prospectos da Oferta).

LINKS PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE AVISOS E ANÚNCIOS DA OFERTA

o AVISO AO MERCADO, ESTA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO DO AVISO AO MERCADO (COM OS LOGOTIPOS DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DO ACIONISTA VENDEDOR, DOS COORDENADORES E/OU DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS

<https://ri.eletrobras.com/oferta-publica/> (neste website, selecionar o ano de "2022" e, na sequência, clicar em "Avisos ao Mercado sobre Oferta Pública", "Anúncio de Início da Oferta Pública" ou "Anúncio de Encerramento da Oferta Pública" para acessar o Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início ou o Anúncio de Encerramento, conforme o caso.)

ACIONISTA VENDEDOR

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A.

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/mercado-de-capitais> (neste website, acessar o link "Comunicados, avisos e prospectos de ofertas públicas" em tal página, no item "Avisos e prospectos de ofertas públicas" acessar "Aviso ao Mercado de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Centrais Elétricas Brasileiras S.A."

COORDENADORES

BANCO BTG PACTUAL S.A.

<https://www.btgpactual.com/investment-bank> (neste website acessar "Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2022" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras", clicar no título do documento "Aviso ao Mercado").

BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A.

<http://www.bofabrasil.com.br> (neste website, no item "Prospectos", clicar no item "Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras" e então clicar no título do documento correspondente).

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

<http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/areas-de-negocios/investment-banking.html> (neste website, acessar "Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras" e, em seguida, clicar em "De Acordo" e, em seguida, clicar no link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

BANCO ITAÚ BBA S.A.

<http://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/>, neste website acessar em "Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras", clicar em "2022", em "Follow-On". Em seguida, clicar no link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

<http://www.xpi.com.br> (neste website, no item "Investimentos", clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras" e, então, clicar no título do documento correspondente).

BANCO BRADESCO BBI S.A.

<https://www.bradesco.com.br/Site/Home/Default.aspx> (neste website, identificar "Follow-On Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras" e, posteriormente, escolher o link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

<http://www.caixa.gov.br/ofertaspublicasemandamento> (neste website, clicar em "Oferta Pública de Ações Ordinárias da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras", clicar no título do documento correspondente).

CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

<https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html> (neste website, clicar em "Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras" e, a seguir, clicar em "2022", na sequência, clicar em "Oferta Pública Subsequente de Ações (Follow-On)" e, por fim, selecionar o título do documento correspondente).

BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A.

www.credit-suisse.com/br (neste website, clicar em "Investment Banking", depois clicar em "Ofertas", e, então, clicar nos links disponíveis dos avisos e anúncios da Oferta ao lado de "Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras").

BANCO J.P. MORGAN S.A.

<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures/prospectos/eletrobras> (neste website clicar no documento correspondente).

BANCO MORGAN STANLEY S.A.

<https://www.morganstanley.com.br/sobre-nos/informacoes-regulatorias/banco-morgan-stanley> (neste website, no item "Ofertas Públicas", no subitem "Comunicações ao Mercado" estarão disponíveis os anúncios e avisos da Oferta referentes à "Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras").

BANCO SAFRA S.A.

<https://www.safra.com.br/sobre/banco-de-investimento/ofertas-publicas.htm> (neste website clicar em "Oferta Pública de Distribuição de Ações da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras", e clicar no respectivo documento de interesse).

INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

O Aviso ao Mercado e esta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas) foram preparados em atendimento à legislação brasileira, notadamente o disposto no artigo 53 da Instrução da Instrução CVM 400, e na Resolução da CVM nº 44.

Os termos do Aviso ao Mercado e desta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas) não constituem uma oferta de venda de ADSs ou das ações ordinárias por eles representadas nos Estados Unidos da América, sendo que a Oferta Internacional será realizada em conformidade com as disposições do *Securities Act* e demais regras aplicáveis emitidas pela SEC. A Companhia é classificada como uma "well-known seasoned issuer" e apresentou um pedido de registro (*Automatic Shelf Registration*) relativo à Oferta Internacional perante a SEC. Os ADS não poderão ser ofertados ou vendidos no exterior sem registro ou concessão de dispensa de tal registro. Qualquer oferta pública no exterior será feita com a utilização de prospecto, o qual conterá informações detalhadas sobre a Companhia e sua administração, bem como sobre suas demonstrações financeiras.

A subscrição/aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O Prospecto Preliminar e o Formulário de Referência contêm informações adicionais e complementares ao Aviso ao Mercado e a esta nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas) e sua leitura possibilita uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta e dos riscos a ela inerentes. Os Coordenadores recomendam fortemente que os Acionistas, Empregados, Aposentados e Investidores de

Varejo interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados nos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária aos Empregados e Aposentados, Pedidos de Reserva, Termos de Adesão ao FMP-FGTS e Pedidos de Reserva de FMP-FGTS, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta, bem como as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência, especialmente as seções que tratam sobre os riscos aos quais a Companhia está exposta.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia, o Acionista Vendedor e a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes dos Prospectos e do Formulário de Referência.

LEIA O PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA PÚBLICA GLOBAL E ÀS AÇÕES" DO PROSPECTO PRELIMINAR, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

O registro da Oferta Pública Global será requerido junto à CVM em 27 de maio de 2022 pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelo Coordenador Líder, nos termos da Instrução CVM 400.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

A Oferta é inadequada aos investidores que não se enquadrem nas definições de Acionista, Empregado, Aposentado, Investidor de Varejo ou Investidor Institucional. O investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos no Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de

decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações da Oferta Pública Global.



Brasília, 03 de junho de 2022.

Coordenadores



Assessor Financeiro Independente da Companhia



Instituições Consorciadas

